

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**Do Fordismo à Acumulação Flexível:  
uma análise das mudanças no  
padrão de consumo.**

Thiago Barbosa de Araújo Melo  
Matrícula nº 107400464  
emails: thiago\_271185@yahoo.com.br

ORIENTADOR: Prof<sup>ª</sup>. Angela Ganem  
email: angelaganem.rj@gmail.com

Janeiro de 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**Do Fordismo à Acumulação Flexível:  
uma análise das mudanças no  
padrão de consumo.**

---

Thiago Barbosa de Araújo Melo  
Matrícula nº 107400464

ORIENTADOR: Prof<sup>a</sup>. Angela Ganem

Janeiro 2014

*As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor*

Dedico este trabalho aos meus pais

## **AGRADECIMENTOS**

Nesses anos de faculdade passei por vários aprendizados, por diversas matérias interessantes, na verdade a maioria delas não foram muito, mas é claro que sempre acrescentaram algo na minha formação, e fiz vários amigos que levarei para toda a vida. Meu objetivo fazendo Ciências Econômicas foi o de ter uma visão diferente do mundo e realmente a obtive. Pude compreender diversas coisas que antes só tinha uma leve impressão.

A escolha do tema da monografia foi norteadada por esse desejo. Entender um pouco como a sociedade se organiza e como as relações econômicas direcionam nossos hábitos. Essas relações que modificam nossos hábitos, sem que sequer nos darmos conta, e quando damos acreditamos ser algo natural. Sempre tive vontade de estudar sobre isso.

Gostaria de agradecer aos meus amigos que me ajudaram muito a tornar a passagem pela graduação mais aprazível. Como são muitos, devido ao tempo que estou na faculdade, falarei somente de quatro que me acompanharam desde o trote: Celso Eugênio (Soneca), Fabio Pontes (Sorim), Felipe Reina (Bussunda) e Iuri Viana. Grandes amigos que levarei para a vida toda. Fomos a diversos ENECOs onde aprendemos, conhecemos um pouco o Brasil e tivemos a oportunidade de fazer vários amigos estudantes de economia, a vocês muito obrigado. Preciso dar um agradecimento especial ao Fabio Pontes por ter me ajudado a tornar a redação desse trabalho mais clara até chegar ao resultado final, obrigado Fabio.

Gostaria de agradecer também a Prof<sup>a</sup> Angela Ganem que foi bastante atenciosa e paciente na minha orientação, sem essas características tenho certeza que seria mais difícil concluir esse trabalho devido as minhas dificuldades. Quando fiz a eletiva ministrada por ela, “Economia e Filosofia”, me aproximei do motivo pelo qual escolhi fazer economia e não poderia ter feito um trabalho de conclusão de curso muito distante dessa matéria.

Por fim, um agradecimento especial para minha família, meu pai Araújo, minha mãe Beatriz e meu irmão Nildo, sem o incentivo e apoio deles dificilmente chegaria até o final da graduação, muito obrigado.

## **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo analisar a transformação do padrão de consumo ocorrida no século XX. Essa transformação foi possível graças a uma evolução constante do modo de produção que teve início no fordismo e culminou no toyotismo. Além do mais, para que a mudança no padrão de consumo fosse possível fez-se necessário uma forte alteração cultural na forma de se compreender o consumo até o advento do consumismo contemporâneo. Somado a esses fatores a interlocução dos indivíduos com a política também sofre uma transformação vinda do individualismo crescente. Por abordar temas tão diversos se faz necessário um exercício inicial de articulação interdisciplinar entre economia, sociologia e política para nos apontar quais as consequências do consumismo exacerbado na nossa sociedade.

## SUMÁRIO

### Conteúdo

INTRODUÇÃO .....	8
Capítulo I - Transição do Fordismo para a Acumulação Flexível.....	10
I. 1 A transição na interpretação de David Harvey. ....	10
I. 1. 1 Período Fordista. ....	10
I. 1. 2 A Transição para a Acumulação Flexível. ....	15
I. 1. 3 Caracterização da Acumulação Flexível. ....	21
I. 1. 4 Acumulação Flexível como um novo regime de acumulação. ....	25
I. 2 Fordismo na visão de Ricardo Antunes .....	27
I. 2. 1 Algumas características da Acumulação Flexível segundo Ricardo Antunes. .....	28
I. 3 Mészáros e a Taxa de Utilização Decrescente das Mercadorias .....	29
Capítulo II - Análise do padrão de consumo na visão de Zygmunt Bauman .....	32
II. 1 Consumismo.....	32
II. 2 Sociedade de Consumidores.....	35
II. 3 Cultura consumista .....	39
II. 3. 1 Baixas Colaterais do consumismo .....	43
II. 4 Vítimas dos Danos Colaterais .....	43
II. 5 O Estado social como solução.....	46
Capítulo III - O impacto da sociedade de consumidores na esfera política.....	48
III. 1 O esquecimento da política. ....	48
III. 2 O consumismo como resultado do individualismo .....	51
III. 3 Consequências do esquecimento da política .....	54
III. 4 Formas para impedir o esquecimento político .....	55
Conclusão .....	58





## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como um de seus objetivos fazer um exercício inicial interdisciplinar entre economia, sociologia e política, pois entendemos que para compreendermos a realidade em toda sua complexidade uma só disciplina não é suficiente. Entendemos que essa realidade é multifacetada e impactada por diversas áreas do saber e por isso essa interdisciplinaridade se faz necessária.

Na medida em que analisamos a evolução no aspecto econômico esse só é possível por uma mudança sociológica, que da mesma forma, impacta na concepção de política dos indivíduos. Nesse sentido, analisar separadamente esses campos nos dará uma visão distorcida da realidade. Entretanto, uma análise mais próxima do real requereria uma articulação que fugiria do escopo desta monografia, isso justifica classificar este trabalho como um exercício inicial interdisciplinar.

Segundo Osvaldo Sunkel:

...a teoria convencional da demanda torna-se inaplicável na medida em que as preferências dos consumidores se tornam interdependentes; interdependência que vem acentuado graças aos métodos de publicidade e promoção de vendas das empresas, além duma série de fatores de natureza sociológica e psicossocial. (SUNKEL, 1976, p. 3)

Nessa linha, por entender que a teoria convencional econômica não aborda com a devida atenção fatores da natureza sociológica e psicossocial, tentaremos fazer uma inicial articulação interdisciplinar.

Nosso objetivo é analisar o consumismo exacerbado no período de Acumulação Flexível (HARVEY, 2012) ou “Sociedade líquida moderna de consumidores” (BAUMAN, 2008), que se constitui um dos pilares desse período, crucial para o seu “sucesso” e finalmente analisar o esquecimento da política como uma de suas consequências mais nefastas.

Inicialmente, para compreendermos a mudança ocorrida na Acumulação Flexível se faz necessário entendermos o período imediatamente anterior, que é o período Fordista. Utilizaremos a visão de David Harvey para caracterizar esse período e entendermos como essa mudança ocorreu.

Uma das causas para a mudança ocorrida na Acumulação Flexível foi a modificação cultural, fator muito importante para a transformação do padrão de consumo. Essa mudança

impactou nossa sociedade ao ponto de sermos classificados como uma *sociedade líquida moderna de consumidores* (BAUMAN, 2008), sendo sua principal característica, o consumismo exacerbado.

Essa transformação influencia, dentre outras coisas, o modo como entendemos a política. Nesse sentido, será abordado no presente trabalho como o consumismo exacerbado pode afetar a ação política, quais são os diagnósticos desse consumismo no comportamento político e quais as possíveis soluções para amenizar o impacto que o consumismo causa na política.

A estrutura da monografia está dividida da seguinte forma: no primeiro capítulo trataremos da abordagem econômica da transição do período Fordista para o de Acumulação Flexível apresentada pelo geógrafo David Harvey. Dentre os fatores que analisaremos estão: como se constituía o modo de produção nos dois períodos, qual o motivo do modo de produção fordista ser tão marcante na história recente e qual foi seu limite; como se constituía a relação do trabalhador com a sua função e o que foi modificado no período fordista para o de acumulação flexível; qual a influência do Estado nesses dois períodos e em que medida o seu intervencionismo atuava em favor das empresas ou dos trabalhadores.

No segundo capítulo trataremos o consumismo do período da Acumulação Flexível sob a ótica sociológica de Zygmunt Bauman, analisando dentro do que este autor chama de *sociedade líquida moderna de consumidores*. Neste tópico será tratado como a mudança cultural foi importante para que ocorra uma elevação do consumo até chegarmos ao consumismo exacerbado. A mudança que começou sob a influência de alguns produtos foi se proliferando até o consumismo incorporar a grande parte dos produtos e ser tratado como algo natural pela maioria dos indivíduos.

E, por fim, no terceiro capítulo investigaremos como a sociedade de consumidores impacta na esfera política, a partir das visões dos filósofos Adauto Novaes e Francis Wolff. Toda essa mudança anunciada reformulou a concepção dos indivíduos perceberem o mundo e com isso modificou suas percepções da política. Nesse sentido teremos uma articulação de como o consumismo exacerbado pode afetar o nosso sistema democrático como um todo.

## **Capítulo I - Transição do Fordismo para a Acumulação Flexível**

Nesse capítulo analisaremos o desenvolvimento do capitalismo do período fordista até o de acumulação flexível. Para tal análise articularemos os pensamentos de três autores: a interpretação de David Harvey (2012, p. 115-184; p. 303-309) sobre a transição do período Fordista até a Acumulação Flexível; o conceito de Toyotismo apresentado por Ricardo Antunes (2009, p. 49-61); e o conceito de Taxa de Utilização decrescente das mercadorias exposto por István Mészáros (2011, p. 634-674).

Iniciaremos o trabalho pelo pensamento de David Harvey (seção I.1) com sua interpretação de como ocorreu a transição de um período para outro. O capítulo terá mais duas divisões, a segunda será o conceito do Toyotismo apresentado por Ricardo Antunes (seção I. 2) e a terceira será o conceito de István Mészáros (seção I.3)

### **I. 1 A transição na interpretação de David Harvey.**

Para compreender melhor o desenvolvimento que David Harvey forneceu para a transição do período Fordista para a Acumulação Flexível a seção I.1 foi subdividida da seguinte forma: na primeira parte (subseção I.1.1) abordaremos seu pensamento sobre o Fordismo; na seção seguinte (subseção I.1.2) exploraremos a transição de um período ao outro propriamente dito; na terceira parte (seção I.1.3) serão observadas as características do período de Acumulação Flexível; e na última parte (seção I.1.4) será indagado se a Acumulação Flexível pode ser considerada como um novo tipo de padrão de acumulação.

#### **I. 1. 1 Período Fordista.**

Para que se tenha a compreensão da transição do período fordista para a acumulação flexível precisaremos antes classificar como se caracterizou o período fordista. Isto é, entender como se estruturava a produção, a relação do capital com o trabalhador, a atuação do Estado e o padrão de consumo nesse período. Para tal será abordado diversos pontos desse período no intuito de se ter uma noção geral dele.

É sempre problemático quando se tenta datar determinados movimentos históricos, até porque as mudanças se dão lenta e gradativamente, todavia, pode-se assumir como início

simbólico do Fordismo o ano de 1914, pois neste ano que Henry Ford<sup>1</sup> introduziu o dia de trabalho de oito horas e cinco dólares para recompensar os trabalhadores da linha automática de montagem de carros. (HARVEY, 2012, p. 121).

Harvey afirma que a diferença de Ford para os outros empresários da época era a sua compreensão de que não era suficiente uma nova organização de produção em massa, mas era fundamental gerar a demanda efetiva para essa oferta. Com essa mentalidade, reduziu o dia de trabalho e aumentou a remuneração do trabalhador. A maior inovação de Ford não foi a descoberta de novas tecnologias, mas sim a racionalização da tecnologia já existente em uma detalhada linha de produção. Esse fato fez sua produtividade ter um drástico ganho, de modo que o trabalho (no caso específico o carro) chegaria ao trabalhador que se encontrava em um determinado local por meio de uma esteira e estes colocavam algum item específico no carro que poderiam ser as rodas, os vidros, as portas, entre outras coisas. Isto era diferente da fabricação de carros das outras empresas onde a maioria dos trabalhadores dedicava-se à fabricação de um carro por vez. Ford tornava nesta organização a velocidade da produção cada vez menos dependente do trabalhador no sentido de que ele não participava de todo o processo, podendo desta forma, aumentar a produtividade.

O autor aponta que a grande diferença entre o fordismo e o taylorismo está em que no primeiro tinha-se o reconhecimento que a produção em massa significava consumo em massa. Dessa maneira argumenta que, não deveria ser mudado somente a organização da produção, mas sim um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, ou seja, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

Segundo Harvey, Ford acreditava que com as aplicações adequadas do poder corporativo poderíamos chegar a um novo tipo de sociedade. Para ele, quando Ford inovou com a carga horária menor, seu objetivo era, em parte, obrigar o trabalhador a ter disciplina para operar o sistema de montagem, mas também era uma forma de dar mais tempo disponível ao trabalhador e de aumentar sua renda, para que pudesse consumir os produtos produzidos em massa pelas corporações, que por sua vez, estavam produzindo cada vez mais rápido.

---

<sup>1</sup> Henry Ford foi um empreendedor estadunidense, fundador da Ford Motor Company. Sua primeira indústria foi em Dearborn no estado de Michigan.

Podemos retirar dessa visão de Harvey que não necessariamente o fato da elevação da renda dos trabalhadores dá acesso à produção, dado que em sua época o estadunidense médio não tinha acesso ao automóvel devido o alto preço cobrado para aquisição do mesmo. O que tornou esse acesso possível foi, além da elevação da renda de seus funcionários, a redução do preço do automóvel sem causar prejuízo, consequência da alta produtividade do novo esquema de produção.

É notado que a crença de Ford no corporativismo era tamanha que na Grande Depressão, com expectativa de aumentar a demanda efetiva, sua empresa aumentou os salários. Todavia, como relata o autor, é evidente que Ford não era capaz de mudar o cenário. Uma tentativa de reversão do mesmo obteve maior êxito com a formulação do New Deal de Roosevelt. No entanto, como resposta a incapacidade de mudar os rumos econômicos, Ford teve de demitir trabalhadores e cortar salários, mostrando a óbvia falta de poder para o combate da crise sozinho.

Devido à longas horas de trabalho rotineiras, pois os trabalhadores não tinham a noção de toda a produção e se concentravam normalmente em apenas uma função, resultando num controle quase inexistente deles sobre o projeto, o ritmo e a organização do processo de produção, a rotatividade da força de trabalho mostrou-se impressionantemente alta. Entendemos que por conta desse cenário, Ford a diminuiu a carga horária diária e elevou os salários, numa tentativa de aumentar a duração dos funcionários na empresa. Para o autor, a estrutura montada por Ford, levou o trabalhador estadunidense a mostrar-se hostil, na medida em que ele não estava familiarizado com esse novo modelo de organização na indústria automobilística, obrigando-o a utilizar quase que exclusivamente a mão de obra imigrante.

Harvey relata que na Europa da década de 1930 a produção de carros era mais voltada para carros artesanais e de alta qualidade, produzindo carros de luxo para consumidores de elite, com exceção da fábrica da FIAT em Turim. Ele assinala que foi preciso uma profunda alteração nas relações de classe, que deu início nessa mesma década, para que se acomodasse a disseminação do fordismo à Europa.

A partir de 1945 o fordismo encontra sua maturidade como regime de acumulação plena. Os padrões de vida foram elevados, contidas as tendências às crises, a democracia de massa fora preservada e a ameaça de guerras intercapitalistas tornada remota. Desta forma, nesse período há um perfeito alinhamento do fordismo com o keynesianismo, momento que o

capitalismo teve um surto de expansões internacionalistas que atraiu inúmeras nações descolonizadas.

Um grupo importante para ser analisando são os sindicatos. O autor o faz no período pós-guerra, com isso percebe que estes obtiveram alguns benefícios sociais, como o salário mínimo, por exemplo. Isso se deu em troca da adoção de uma atitude cooperativa com o modo de produção fordista para o aumento da produtividade, dado que os trabalhadores tinham receio em seguir os moldes da produção fordista, mesmo que em algumas indústrias ocorressem algumas incursões de desentendimento, onde mesmo com os benefícios sociais os trabalhadores não estavam dispostos a modelar sua forma de trabalho ao novo modo de produção. Uma troca que se fazia por meio do apoio das organizações sindicais era a troca de ganhos reais de salários pela cooperação ao sistema fordista de produção.

Já com relação ao Estado, seu papel nesse período era de gastar em áreas de investimento público, como transporte e equipamentos públicos, entre outros, no intuito de possibilitar o crescimento da produção e do consumo de massa. Outro papel importante foi um forte complemento no salário social com gastos voltados para a seguridade social, assistência médica, educação, habitação, etc.

Caracterizando propriamente o período uma observação marcante nele seria que sua produção em massa era sustentada por um consumo com a mesma especificidade, sendo ambos direcionados para uma padronização, dado que o consumo era altamente inclinado para algumas opções restritas. Um bom exemplo seria o Ford T<sup>2</sup> preto.

Até então o fordismo está sendo abordado com a perspectiva dos EUA, contudo, após 1945 as corporações americanas procuraram mercados externos para suprir a falta de demanda efetiva interna. Essa expansão se deu pela abertura do investimento estrangeiro, em especial a Europa, e do comércio. Um grande marco que colaborou com essa expansão foi o acordo de Bretton Woods, de 1944, onde o dólar foi declarado a moeda de reserva mundial, e o desenvolvimento econômico do mundo a partir daí ficou atrelado à política fiscal e monetária estadunidense.

Um ponto muito interessante é observado: o fordismo a partir daí se desenvolveu de forma desigual no mundo, os Estados Unidos agiam como banqueiro mundial e a troca da

---

<sup>2</sup> O Ford T foi o primeiro automóvel a ser fabricado pelo método inovador de Ford e no princípio só eram fabricados carros pretos.

abertura para as corporações o desenvolvimento do fordismo ia se deram cada vez mais intensamente.

O mercado de trabalho começou a ter uma divisão entre o setor “monopolista” e um setor “competitivo”, fora de privilégios e muito diversificado. Esse último setor provocou fortes tensões sociais - que girava em torno de raça, gênero e a origem étnica-, e parte dos excluídos desenvolveram a partir daí várias formas de organização. Essas desigualdades eram cada vez mais difíceis de serem mantidas devido à expectativa da criação de um novo tipo de sociedade de consumo. A descoberta da forte ascensão da pobreza começou a colocar em xeque os benefícios do fordismo. Assim como o poder exclusivo dos sindicatos, que dividiu a força de trabalho em predominantemente branca, masculina e o “resto”, começou a mostrar problemas.

A troca pelos trabalhadores de seus direitos na produção por um maior poder de mercado irá depender da capacidade do poder dos sindicatos com suas tradições políticas, formas de organização e disposição dos trabalhadores em trocar seus direitos na produção por maior poder de mercado. No entanto, havia uma crítica no âmbito do consumo que está relacionado à sua baixa qualidade de vida de um consumo em massa e padronizado.

A legitimação do Estado dependeria da capacidade de levar os benefícios do fordismo a todos e de encontrar meios de garantir: assistência médica, habitação e serviços educacionais adequados em larga escala, sobretudo de modo humano e atencioso. Entretanto os fracassos qualitativos nesse campo eram alvos de inúmeras críticas, porém no final, as críticas maiores foram provocadas pelo fracasso quantitativo.

No chamado terceiro mundo, onde o Brasil se encontrava, os insatisfeitos com o processo fordista de desenvolvimento aumentavam, tendo em vista que este prometia a supressão das necessidades, porém na prática, promovia a destruição de culturas locais, muita opressão e numerosas formas de domínio capitalista em troca de mínimos ganhos em termos de padrão de vida e de serviços públicos, a não ser para uma elite nacional.

Em meados da década de 60 os mercados internos da Europa Ocidental e do Japão, já estavam saturados da recuperação de guerra. Todavia, nos EUA o enfraquecimento da demanda efetiva foi compensado pela guerra à pobreza, ocasionada pela luta por sua diminuição, que era agravava nos Estados Unidos, contrariando a promessa capitalista de prosperidade geral e a guerra do Vietnã.

A partir dessa época ocorre a política de substituição de importações em muitos países do terceiro mundo, em particular na América Latina, associadas ao primeiro grande movimento das multinacionais na direção da manufatura no exterior, em especial no Sudeste Asiático, ambos aproveitando-se que o contrato social com o trabalhador era fracamente respeitado, ou às vezes, inexistente. Essas medidas geraram uma onda fordista em ambientes totalmente novos.

No período de 1965 a 1973 fica aparente a ineficiência do fordismo e do keynesianismo em conter as contradições do capitalismo. Devido aos diversos problemas com rigidez, seja dos investimentos de capital fixo de longo prazo ou nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho, os EUA estavam com poucas alternativas para quebrar essa rigidez. Todas as vezes que se tentava quebrar esse problema de rigidez, ocorria uma onda de greves. O único instrumento flexível do governo acabou sendo a política monetária, com a capacidade de imprimir moeda em qualquer montante para manter a economia estável.

A crescente expansão no pós-guerra permaneceu e, associada a isso, uma política monetária extremamente frouxa por parte dos Estados Unidos e da Inglaterra. Esse sistema estava criando no capitalismo um excesso de fundos, com poucas áreas produtivas para investimento. Esse excesso de fundos em contraposição ao fraco investimento significava uma forte inflação. A tentativa de frear esse processo inflacionário crescente, em 1973, levou a uma capacidade excedente nas economias ocidentais, acarretando em uma crise nos mercados mobiliários e grandes dificuldades nas instituições financeiras.

### **I. 1. 2 A Transição para a Acumulação Flexível.**

Na tentativa de combater a forte deflação de 1973-1975, ocorreu uma mudança tecnológica, a automação: a busca de novas linhas de produção e nichos de mercado. Outros métodos utilizados neste período foram: a dispersão geográfica para buscar locais onde os trabalhadores pudessem ser mais facilmente controlados, as fusões e algumas medidas para acelerar o tempo de giro do capital. Essas estratégias foram adotadas pelas corporações para sobreviverem à condição geral de deflação.

Para o autor, o período caracterizado como Acumulação Flexível se dá pelo confronto direto com a rigidez do fordismo. Segundo ele, as principais características são as flexibilizações dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.



Nas regiões que anteriormente careciam de tradição industrial, os focos de acumulação flexível foram solapando o trabalho organizado. Esse processo, para ele, parece implicar um nível relativo alto de desemprego “estrutural”, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos de salários reais modestos e o retrocesso do poder sindical – que era uma das principais colunas políticas do fordismo para manter sua estrutura.

Em sua análise, Harvey argumenta que o impacto no mercado de trabalho foi consequência de uma forte volatilidade do mercado, do aumento da competitividade e do estreitamento da margem de lucro. Com isso, os empregadores puderam tirar proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente com o intuito de impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. Segundo ele, os arranjos flexíveis dos mercados de trabalho não criaram por si só uma insatisfação forte, dado o fato de que poderiam trazer por vezes benefícios mútuos. No entanto, do ponto de vista agregado, não podemos avaliar como positivo se considerarmos variáveis como a cobertura de seguro, os direitos de pensão, os níveis salariais e a segurança no emprego. Uma direção foi o aumento da subcontratação ou trabalho temporário, onde se destaca a presença cada vez maior de uma força de trabalho flutuante que pode ser demitida em caso de uma crise repentina.

A transformação no papel da mulher nesse cenário foi importante no sentido da ocupação do tempo parcial. Os trabalhadores homens, melhores remunerados, foram substituídos pelo trabalho feminino mal pago, mais facilmente demissível e perfeitamente adaptável à nova classificação em ocupações de tempo parcial. Assim se dava a exploração da força de trabalho feminina, numa exportação do sistema fordista, onde este trabalho era extremamente vulnerável com relação à remuneração baixa e à segurança do emprego negligenciável. Um exemplo é o caso do programa Maquiladora, onde as indústrias administradas e de propriedade do capital norte-americano localizadas na fronteira dos EUA com o México, empregavam principalmente mulheres jovens. O autor afirma que esse é um exemplo, particularmente dramático de uma prática que se tornou generalizada, em muitos dos países menos desenvolvidos e recém-industrializados.

Novas técnicas e novas formas organizacionais de produção puseram em risco os negócios de organização tradicional, espalhando uma onda de barracotas, fechamento de fábrica, desindustrialização e reestruturação que ameaçou até as corporações mais poderosas. A forma organizacional e a técnica gerencial apropriadas à produção em massa padronizada em grandes volumes nem sempre eram convertidas com facilidade para o sistema de produção flexível... (HARVEY, 146, p. 2012)

A transição nem sempre se dava de uma maneira simples, devido à ênfase na solução de problemas, nas respostas rápidas e na maioria das vezes altamente especializada, levando em conta a adaptação para propósitos específicos. A mudança com relação à produção se dá nas economias de escala, antes buscada no modo de produção fordista, mas que agora fora derrotada pelas economias de escopo, pela sua rapidez em atender as novas tendências. Desta forma, essa mudança foi possibilitada pela crescente capacidade da manufatura de ter uma variedade de bens em pequenos lotes quanto pelos preços baixos. À medida que esse processo avançava era introduzida uma flexibilidade inexistente no período fordista, atendendo uma gama maior de produtos. Uma das mudanças citadas com relação às novas formas de organização de estoque foi o conceito “just-in-time”, que corta dramaticamente a quantidade de material necessária para manter a produção fluindo.

A produção de pequenos lotes e o arranjo de subcontratação surgiram e desta forma aparecem pequenas firmas ligadas à operações de larga escala, sendo geralmente multinacionais, formando novos sistemas de coordenação. Eles se distinguem de duas formas, por meio da integração de pequenos negócios sob a coordenação de uma poderosa organização financeira ou por meio do marketing, onde não se produz nada diretamente, mas são transmitidas ordens a um amplo conjunto de produtores independentes, como, por exemplo, é o caso da Benetton e da NIKE (no caso da primeira é uma poderosa organização financeira que por meio do marketing transmite ordens para um amplo conjunto de produtores independentes).

O impacto na inovação está no fato de que a flexibilização possibilitou o aumento do ritmo para os produtos, alterando o tempo do giro dessas mercadorias e se tornando um elemento especial para a lucratividade capitalista que tinha sido drasticamente reduzido com a introdução de novas tecnologias produtivas. No entanto, a redução do tempo de giro não surtiria efeito sem a redução do giro de consumo. Uma característica importante foi a introdução das modas fugazes e da indicação para uma transformação cultural que isso necessitava. A moda e a mercadificação de formas culturais são características fortes da cultura pós-moderna.

Na indústria a mudança se deu de tal forma que as barreiras que restringiam os locais próximos às matérias primas e aos mercados foram sendo quebradas e surgiu, na década de 1970, uma vasta literatura sobre como a nova divisão internacional do trabalho e como as novas tecnologias poderiam favorecer esse avanço. Países recém industrializados, a saber,

Hong Kong, Singapura, Taiwan e Coréia do Sul, começaram a avançar em mercados de certos produtos nos países avançados e logo foram acompanhados por países que tinham optado pela substituição de importações, como o Brasil e México, demonstrando um reordenamento na localização da produção industrial no mundo.

### **I. 1. 2. 1 O Sistema Financeiro**

Uma das características da era da acumulação flexível é a desregulamentação, que resultou muitas vezes em um aumento do monopólio. Para o autor, temos como exemplos o setor da aviação, energia e serviços financeiros. Um dos métodos utilizados foram: a onda de fusões e de diversificações corporativas, afastando cada vez mais os empregados da linha primária de negócios de suas empresas, pois a sua função principal se tornou gerar dinheiro e não o produto final.

Segundo Harvey, o capitalismo está ficando cada vez mais organizado em seu processo de dispersão, mobilidade geográfica e de respostas flexíveis no mercado de trabalho e no consumo. Sempre respaldado por uma carga forte de inovação tecnológica, de produto e institucional. Dois movimentos paralelos foram fundamentais para que essa nova organização desse certo. Um movimento foi o dinamismo nas informações e suas atualizações, agora muito mais valorizadas pelo mercado. Outro, que ele classifica como mais importante, foi a completa reorganização do sistema financeiro global e seu grande poder para coordenação, resultando num processo, longo e complicado de inovações e desregulamentação financeira mundial.

O desenvolvimento financeiro chegou a tal ponto de complexidade e de entrelaçamento dos capitais industriais, mercantil e imobiliário, que não é possível distinguir bem ao certo onde começam os interesses comerciais e industriais e onde terminam os interesses estritamente financeiros. A profusão dos chamados “empreendimentos em papéis”<sup>3</sup> é uma forma de obter lucro diferente das tradicionais produções de bens e serviços, onde se possa tirar proveito das variações relativas das cotações das moedas ou mesmo das taxas de juros, refletindo desta forma em uma motivação comum de obtenção de lucros principalmente financeiro, sem dar importância à produção real.

---

<sup>3</sup> É atribuída boa parte da expansão dos “empreendimentos em papéis” a grande fluidez dos fluxos de capitais, capacidade que atribui grande mobilidade a esses papéis, dando a impressão de desprezarem as restrições de tempo e espaço que costumam ter efeito sobre as atividades materiais de produção de consumo.

A partir de 1972 foram implementados novos sistemas financeiros que davam maior autonomia ao sistema bancário e financeiro em comparação com o financiamento corporativo, estatal e pessoal. Com isso, no período da acumulação flexível o capital financeiro é um poder coordenador mais do que no fordismo, o que significa que temos um esquema propício às crises muito maior. Não obstante, o sistema financeiro tem mais artifícios de amenizar os riscos, diversificando e transferindo fundos de empresas, de região e setores em decadência com rapidez para as suas respectivas áreas lucrativas.

### **I. 1. 2. 2 O papel do Estado na transição para a Acumulação Flexível**

Harvey justificou a crise, na primeira metade da década de 70, como sendo o resultado em parte do confronto à rigidez acumulada e pelas práticas das políticas keynesianas, pois se mostraram inflacionárias na medida em que as despesas públicas aumentavam e a capacidade fiscal do governo se estagnava. Para ele a manutenção do crescimento econômico era importante para a continuidade do Estado de bem-estar social e do salário, pois era consenso político fordista que por meio do crescimento econômico se mantinha a política de redistribuição. Com isso, uma parada no crescimento traria problemas para a perpetuação dessa política.

As escolhas políticas foram entendidas como um *trade-off* entre crescimento e equidade, como acreditava-se que o segundo não acontecia sem o primeiro e ficava claro que o crescimento seria escolhido, tendo em vista que a continuação de políticas para diminuir a má distribuição de renda iria impossibilitar o crescimento.

Nos termos de Harvey:

“A gradual retirada de apoio ao Estado de bem-estar social e o ataque ao salário real e ao poder sindical organizado, que começaram como necessidade econômica na crise de 1973-1975, foram simplesmente transformados pelos neoconservadores numa virtude governamental”. (HARVEY, 2012, p. 158)

Desta forma, um clima de austeridade, reduções fiscais e a erosão do compromisso entre o trabalhador e o governo se tornaram lemas para o Estado no mundo capitalista avançado, ainda que a política de resistência a essa onda tenha variado de país para país.

Se com relação ao trabalhador os Estados estavam comprometidos com o não intervencionismo, a intervenção governamental se dava para a diminuição do poder sindical

afetando a influência do trabalhador para reivindicar melhores salários, ou seja, austeridade e reduções fiscais. Por outro lado, eles estavam forçados pelos fatos a serem mais intervencionistas, mas não como antes. A instabilidade financeira e o enorme problema de endividamento externo e interno, fez com que ocorressem intervenções periódicas em mercados financeiros instáveis, na medida em que o aumento da competição internacional, num cenário de crescimento lento, obrigou os Estados a se tornarem mais “empreendedores” e preocupados em manter um clima favorável aos negócios.

Nessa conjuntura surge, com relevante peso, o FMI (Fundo Monetário Internacional), pois nasce a possibilidade dos países não cumprirem com suas obrigações financeiras internacionais. Nesse sentido, o FMI é criado como poder central capaz de exercer o poder coletivo dos Estados Nações. Todavia, este é sempre empregado para propor a redução dos gastos públicos, corte de salários reais e austeridade nas políticas fiscal e monetária.

Como assinala Harvey, o Estado hoje se encontra em uma situação mais complicada, onde é chamado para regular as atividades do capital corporativo no interesse na nação, e também com a mesma justificativa, fica a cargo de criar um “bom clima de negócios” para atrair o capital financeiro transnacional e global e ao mesmo tempo conter a fuga de capital em um ataque especulativo.

Entendemos com isso que ao criar um “bom clima de negócios”, como por exemplo, oferecendo incentivos fiscais, os governos acabam ficando a mercê das transnacionais, pois em uma situação em que estas encontrem regiões mais favoráveis, ameaçam retirar-se. Desta forma os governos ficam em uma situação delicada, pois ao mesmo tempo em que deveriam resguardar os direitos dos trabalhadores, entendem que seria extremamente impopular a perda de uma grande transnacional. Por esse motivo estas migram, no período da acumulação flexível, para países onde a classe trabalhadora não esteja muito organizada, e que, portanto, não tenham muitas conquistas, como é o caso dos países subdesenvolvidos.

A modalidade, os alvos e a capacidade de intervenção do Estado sofreram uma substancial mudança a partir da década de 1970, no mundo capitalista, independente da ideologia governamental vigente, adquirindo um grau mais fundamental. Além disso, um problema a mais para a análise está no fato de compreender como as normas, os hábitos e as atitudes culturais e políticas se modificaram a partir desse mesmo período. Esse processo de transformação culminou na acumulação flexível.

### **I. 1. 3 Caracterização da Acumulação Flexível.**

Como relata Harvey, a dificuldade em caracterizar a transição do fordismo para a acumulação flexível é compartilhada por diversas correntes de pensamento, a saber, keynesianos, monetaristas, teóricos do equilíbrio parcial e marxistas. A primeira dificuldade, para ele, está na captação da natureza das mudanças. Para tal ele utiliza três metodologias diferentes. A primeira, de Halal (1986), tem um foco na positividade e liberdade do novo empreendedorismo para um novo capitalismo, parecendo se aproximar assim da teoria shumpeteriana, o que significa que não interpreta nem o keynesianismo nem o fordismo, como positivos. A segunda, de Lash e Urry (1987), tem uma ótica nas relações de poder e a política tendo em vista sua influência na economia e cultura, interpretando desta forma a evolução como sendo o colapso das condições materiais para uma política coletiva poderosa da classe trabalhadora, e a partir desse colapso extrai as raízes das variáveis econômicas, culturais e políticas. Entretanto, Harvey argumenta que como eles classificam o capitalismo como “organizado” e “desorganizado” isto evita o enfrentamento da ideia de uma transição no regime de acumulação. A última metodologia, de Swyngedouw (1986), é a mais detalhada no campo da tecnologia e do processo de trabalho, ao mesmo tempo, observa a questão do regime de acumulação, suas modalidades de regulação e suas transformações.

Observamos que nestas metodologias algumas proposições perpassam os dois períodos, pois sendo a acumulação flexível uma forma de capitalismo é natural que algumas proposições se mantenham.

Para uma compreensão melhor são expostas três características essenciais do modo de produção capitalista. A primeira é a orientação do capitalismo para o crescimento. Como este é visto como uma virtude, na verdade uma necessidade, tendo em vista que só por meio dele os lucros são garantidos e a acumulação de capital sustentada, a sua falta, por consequência, é tida como uma crise.

O segundo está no fato de que o crescimento em valores reais é sustentado por uma exploração do trabalho vivo na produção. Com isso, tem-se um crescimento que se baseia na diferença do que o trabalhador cria e naquilo que ele retém o que justifica o controle do trabalhador, tanto na produção como no mercado, sendo muito importante para a perpetuação do capitalismo. Assim como o controle do trabalhador é primordial para o lucro capitalista, a luta de classe pelo controle do trabalho e pelo salário de mercado é muito importante para a trajetória do desenvolvimento capitalista.

A última proposição está relacionada à tecnologia e ao dinamismo organizacional, que são características necessárias ao capitalismo. Isto advém, em parte, das leis coercitivas que incentivam os capitalistas individuais na sua busca pelo lucro. Assim como o controle do trabalho, é essencial para a produção de lucro, o modo de regulação, as inovações organizacionais e tecnologias no sistema regulatório se tornam cruciais para a perpetuação do capitalismo.

Harvey dá atenção para a análise de Marx, pois ele foi capaz de mostrar que essas três características são inconsistentes e contraditórias, na medida em que não havia na sua análise uma combinação dessas três condições necessárias que pudesse produzir um crescimento equilibrado e sem problemas. Além do mais, esse esquema tem uma tendência para crises e para fases periódicas de superprodução, pois por meio dessa combinação podem existir ao mesmo tempo capital e trabalho ociosos sem qualquer perspectiva que se unam esses recursos para que se chegue a produções socialmente úteis. O argumento marxista é que essa tendência não pode ser eliminada do capitalismo. Desta forma, a vida e a política burguesa deparam-se com uma questão de como administrar essa ameaça à ordem social capitalista, nas quais são feitas escolhas reais para que a ordem social não se transforme num caos.

Com isso, são expostas algumas maneiras de lidar com esse problema, são eles: a desvalorização de mercadoria, da capacidade produtiva ou do valor do dinheiro para lidar com o excedente de capital<sup>4</sup>; o controle macroeconômico, por meio de instituições regulatórias, para conter o problema da superacumulação, pelo menos por algum tempo; e o deslocamento temporal e espacial para a absorção da superprodução.

O último ponto merece uma reflexão melhor embora as outras duas formas de lidar com o problema também sejam importantes. Na terceira maneira a discussão esbarra com detalhes complexos que merecem uma atenção maior.

Antes de chegar ao mérito dos deslocamentos tempo-espaciais é importante explicar os dois deslocamentos separadamente. O deslocamento temporal pode ser entendido como um desvio de recursos das necessidades atuais para a exploração de usos futuros, ou uma aceleração no tempo de giro em que a velocidade com os dispêndios de dinheiro geram lucros para o investidor. Neste último caso, a justificativa poderia ser para absorver a capacidade excedente do ano anterior. Esse deslocamento é visto também na transição do excedente de

---

<sup>4</sup> Aqui também está incluso a liquidação de estoques excedentes, como foi o caso brasileiro na década de 1930 com a queima do café para manter o valor internacional do produto estável.

capital e trabalho para investimentos privados e públicos de longo prazo, como em instalações, infraestruturas físicas e sociais etc. Contudo, a capacidade em agir dessa maneira irá depender da disponibilidade de crédito e também da capacidade de “formação de capital fictício”<sup>5</sup>. Entretanto essa medida é vista, por Harvey, como um paliativo de curto prazo a não ser que haja contínuo deslocamento por meio da permanente aceleração das taxas de formação do capital fictício e da expansão dos volumes de investimentos de prazo mais longo.

Já o deslocamento espacial diz respeito à absorção através da expansão geográfica do capital e do trabalho excedentes. Isso se dá na medida em que há produção de novos espaços dentro dos quais o capitalismo possa prosseguir no crescimento do comércio e dos investimentos diretos e ainda no teste de novas formas de exploração de força de trabalho. Harvey argumenta que em alguns espaços a resistência à implantação do capital ocidental ainda é forte, como na China, contudo em outros, como Japão, Hong Kong, Singapura ou Taiwan, a inserção é agressiva. Porém esse caminho não se constitui em uma real solução, pois como se amplia progressivamente o capitalismo na face da terra, o espaço para o qual possam ocorrer problemas de superacumulação irão se expandir e com isso essa medida só pode ser vista como de curto prazo. O resultado de longo prazo dessa medida é o aumento da competição internacional e inter-regional e os países e regiões que têm menos vantagens sofrerão as mais severas consequências.

Uma terceira possibilidade seria a combinação da estratégia temporal-espacial, que atinge duplamente o problema da superacumulação. Ele enfatiza que na prática irá depender da capacidade de formação de capital fictício e, na maioria dos casos do envolvimento do Estado para que se torne efetiva a combinação das estratégias temporal e espacial. O autor ilustra essa terceira possibilidade da seguinte forma: na medida em que se empresta dinheiro por exemplo, para países da América Latina, proveniente do mercado de capital de Londres ou Nova York por meio da formação de capital fictício (deslocamento temporal) para os países desenvolverem suas infra-estruturas de longo prazo ou na compra de bens de capital, ocorre um deslocamento espacial.

Contudo como no período fordista carecia de aparatos regulatórios para que fosse utilizada essa última possibilidade, o que ocorria era o engajamento em algumas tentativas de

---

<sup>5</sup> “Este capital [o capital fictício] é definido como capital que tem valor monetário nominal e existência como papel, mas que, num dado momento do tempo, não tem lastro em termos de atividade produtiva real ou ativos físicos. O capital fictício é convertido em capital real na medida em que são feitos investimentos que levem a um aumento apropriado em ativos úteis (por exemplo, instalações e equipamentos que possam ter emprego lucrativo) ou mercadorias úteis (bens e serviços que possam ser vendidos com lucro).” (HARVEY, 2012, p. 171)



deslocamento temporal e espacial. Entretanto, a partir de 1945, surgiram estratégias de acumulação diferentes, como a obsolescência planejada (que causava uma desvalorização equilibrada). Somando-se a essa medida, existia a instituição de um forte sistema macroeconômico que dosava o ritmo de mudanças tecnológicas, principalmente por meio do monopólio corporativo, restringindo a luta de classes. Com isso, equilibravam-se mais ou menos a produção e o consumo de massa através do gerenciamento estatal. Esse esquema só pode se concretizar devido à presença dos deslocamentos, temporal e espacial, descritos anteriormente, sempre sob a vigilância do Estado intervencionista.

A crise do fordismo é interpretada pelo autor, até certo ponto, como a incapacidade de lidar com o problema da superacumulação. Tendo em vista que o deslocamento temporal se tornou questionável pelo acúmulo de dívidas que este método causava, a única solução acabou sendo a monetização, o que entretanto, mostrou-se inflacionária. A criação de novos centros geográficos de acumulação num conjunto de países recém industrializados e a maturação de investimentos se deu de forma bastante competitiva. A competição espacial se tornava cada vez mais acirrada, principalmente, a partir de 1973, a ponto de esgotar a capacidade de resolver o problema da superacumulação por meio do deslocamento geográfico, pois está havia se tornado uma crise de endividamento, luta de classes ou estagnação corporativa nas nações-Estado.

Outra vez a análise de Marx se faz importante, mas desta vez é apontado em que medida a acumulação flexível parece se enquadrar nas duas estratégias de procura de lucro (mais-valia) definidas por Marx. A primeira estratégia, denominada mais-valia absoluta, tem sua base no prolongamento da jornada de trabalho com relação ao salário necessário para garantir a reprodução da classe trabalhadora num determinado padrão de vida. Seu reflexo na acumulação flexível está na erosão dos salários reais acarretando uma diminuição do padrão de vida, ou da transferência do capital corporativo de regiões de altos salários para outras com baixos salários resultante da acumulação flexível do capital.

No que tange a segunda estratégia, chamada de mais-valia relativa, a mudança organizacional e tecnológica é colocada em ação no intuito de gerar lucro temporário para as firmas inovadoras, e também lucros maiores, na redução dos custos de produção dos bens que compõem a cesta de bens dos trabalhadores. No processo de acumulação dos anos 80 foi comum, segundo o autor, a expansão violenta dos investimentos, via corte de emprego e custos do trabalho em todas as indústrias, como mineração de carvão, produção de aço, bancos e serviços financeiros. Entretanto é salientado que ter uma organização nessa

estratégia reforça a formação de forças de trabalho altamente preparadas, capazes de compreender, implementar e administrar os novos padrões. Desta forma, surge uma força de trabalho altamente qualificada e preparada para as inovações tecnológicas que até certo ponto, pode ser classificada como privilegiada e poderosa, pois o capitalismo depende cada vez mais da mobilização dessa mão de obra.

O que representa melhor nossa realidade, segundo Harvey, é uma combinação particular das estratégias, de mais valia absoluta e relativa, permitidas pelo desenvolvimento de novas tecnologias. Para o autor o mais inesperado no desenvolvimento capitalista foi o retorno dos sistemas de trabalho domésticos, familiar e paternalista, que na visão de Marx tenderiam a deixar de existir ou a se tornarem formas cruéis de exploração e que por isso não seriam toleráveis no capitalismo avançado. Entretanto o crescimento do trabalho informal em todo o mundo trás a tona uma visão sombria da história supostamente progressista do capitalismo. Isto fica claro quando o autor observa que nas condições de acumulação flexível podem conviver diferentes formas de trabalho, o que dá margem para o empreendedor capitalista escolher qual melhor forma lhe convém. Um exemplo que o autor dá seria que o mesmo molde de camisa pode ser produzido em larga escala por fábricas na Índia; pelo sistema cooperativo da “Terceira Itália”; por exploradores em Nova York e Londres ou pelo sistema de trabalho familiar em Hong Kong.

O mais importante, como o autor enfatiza, seria talvez, o questionamento dessa configuração como uma forma aprofundada do capitalismo já posto. Todavia, essa conclusão seria simplista e daria ao capitalismo um tratamento a-histórico, desprovido de dinâmica, o que pelas evidencias, é apontado como sendo o capitalismo uma força constantemente revolucionária da história mundial. A acumulação flexível se mostra, no mínimo, como uma nova configuração que necessita, por isso, uma nova classificação, tendo o cuidado de utilizar os instrumentos teóricos concebidos por Marx.

#### **I. 1. 4 Acumulação Flexível como um novo regime de acumulação.**

Para responder se as mudanças no capitalismo atual podem ser consideradas um novo regime de acumulação ou uma série de reparos transitórios, são apresentadas três posições teóricas.

A primeira delas, defendida principalmente por Piore e Sabel (1984) argumenta que as novas tecnologias encaminham a sociedade para uma nova forma de relações de trabalho e de

sistemas de produção, fundada em novas bases sociais, econômicas e geográficas, inteiramente distinta.

A segunda posição vê a ideia da flexibilização como um processo que legitima um conjunto de práticas políticas sem fundamento empírico ou materialista na fase de organização do final do séc. XX. Seus principais autores, Poller (1988), Gordon (1988) e Sayer (1989), afirmam que não existe novidade na forma do capitalismo de maior flexibilidade ou vantagens geográficas e que as evidências que mostram uma mudança radical na forma de operar o capitalismo são fracas e insuficientes. Para eles, quem defende a ideia da flexibilização, está contribuindo, conscientemente ou inconscientemente, para o enfraquecimento do movimento da classe trabalhadora.

O terceiro e último posicionamento, mais aceito por Harvey, encontra-se entre esses dois extremos apresentados anteriormente na transição do fordismo para a acumulação flexível. Nessa ótica a atual conjuntura é um conjunto de produção fordista altamente eficiente, em alguns setores e regiões e de sistemas de produção mais tradicionais, implicando em mecanismos distintos de controle do trabalho.

O avanço do sistema financeiro permitiu boa parte da flexibilidade geográfica e temporal da acumulação flexível que se deu drasticamente a partir de 1972. Um fato que seguiu a partir dessa data foi o elevado endividamento e a formação de capital fictício que se acelerou desde então, somado a isso as maciças moratórias e desvalorizações, com certo prejuízo, no âmbito do aparelho financeiro de regulação geral.

A grande diferença da crise de 29 com a crise de 87 se encontra na vinculação das dívidas dos consumidores, das corporações, e do governo, permitindo a regulação simultânea de magnitudes do consumo e da produção por meio de financiamentos especulativos e fictícios. A inovação no sistema financeiro foi sem dúvida importante para superar a rigidez geral em que o fordismo caiu na década de 60.

Harvey chega a duas conclusões provisórias. A primeira, é que se quisermos encontrar algo interessante contra o “capitalismo de sempre”, devemos dar uma atenção maior para aspectos financeiros da organização capitalista e o papel do crédito. Segundo, para encontrar alguma estabilidade de médio prazo no atual regime de acumulação, devemos observar os domínios das novas rodadas e formas de reparo temporal e espacial. São conclusões provisórias, no entanto, ele argumenta que devemos acentuar a importância da acumulação

flexível por ela ser uma nova forma particular de combinação, e talvez, uma nova lógica geral da acumulação do capital.

## **I. 2 Fordismo na visão de Ricardo Antunes**

Segundo Ricardo Antunes o sistema de capital é uma dinâmica onde, articulando com elementos históricos, tem sua principal função na expansão dele próprio. Um desenvolvimento importante do seu pensamento está no fato de que para converter a produção do capital em objetivo da humanidade foi fundamental a separação do valor de uso do valor de troca, onde ocorre a subordinação do primeiro pelo segundo, para que a finalidade essencial seja expandir constantemente o valor de troca. Nesse sistema ocorre a separação das funções produtivas e do controle do processo, onde são separados radicalmente entre aqueles que produzem e aqueles que controlam.

Para ele o capitalismo contemporâneo deu origem a uma tendência importante da produção capitalista, que Mészáros denomina taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias. Nesse mesmo período, a disjunção radical entre produção para as necessidades sociais e auto-reprodução do capital não é algo remoto, e com isso trás consequências devastadoras para o futuro.

Segundo Antunes mesmo com o elevado avanço tecnológico apresentado, o que acarretaria, em escala mundial, uma real redução da jornada ou do tempo de trabalho, ele notou que vários países, a saber, Inglaterra e o Japão - tomando como exemplo países do centro do sistema - adotaram uma política de prolongamento da jornada de trabalho. De acordo com Antunes, o Japão vem adotando como receituário para sair da crise (por meio de proposta do Governo e dos empresários) de aumentos na jornada do trabalhador.

Ele enfatiza que, o capital no crescente avanço tecnológico, como modalidade para aumentar a produtividade, também acarreta em crises, exploração, pobreza, desemprego, destruição do meio ambiente e da natureza.

Focando especificamente nos anos 60, o autor observou que as lutas sociais ocorridas naquele período não resultaram num projeto de hegemonia do trabalho contra o capital, cabendo a este último dar uma resposta à crise. Isso se deu na mudança interior do padrão de acumulação, e não no modo de produção, produzindo alternativas que conferiram maior dinamismo ao processo produtivo, que por sua vez, estava dando sinais de esgotamento.

Ricardo Antunes observa que essa foi a gênese da transição do padrão taylorista e fordista anteriores para o advento das formas de acumulação flexível.

Para Antunes o compromisso do *Welfare State* foi se montando na medida em que os trabalhadores dos países centrais foram abandonando seu projeto histórico-societal, ou seja, deixando de lado a temática socialista. Além do mais o projeto era sustentado pela enorme exploração do trabalho nos países do chamado Terceiro Mundo, onde estes países foram totalmente excluídos do compromisso social-democrata constituído pelo *Welfare State*, que nos países centrais era integrado aos movimentos sociais.

O que ele classifica como outro “ataque” se deu no salto tecnológico, que então se iniciava nos anos 70, como uma resposta para as manifestações que se deram ao longo da década de 60, onde os trabalhadores perderam força por não terem se articulado com os “novos movimentos sociais”, as minorias oprimidas.

O advento das novas tecnologias foi essencial para a economia de escala humana, isso porque diferente do período fordista/taylorista, onde os trabalhadores se especializavam numa função ao contrario do toyotismo em que o trabalhador executava várias funções e com isso o capitalismo ganha economia de escala humana. Para ele, foi esse o escopo do surgimento do chamado toyotismo e da era da acumulação flexível no ocidente.

A interpretação de Ricardo Antunes está fundamentada que as mutações ocorridas a partir da década de 1970 são expressões da reorganização do capital com o objetivo da retomada do seu patamar de acumulação e do seu projeto global de dominação.

Um conceito importante que ele utiliza de Mészáros, é a taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias. Em termos gerais esse conceito é a principal explicação para a redução do tempo de vida útil dos produtos, visando com isso aumentar a velocidade do circuito produtivo e desta forma ampliar a produção de valores de troca, fazendo com que “qualidade total” seja, na maioria das vezes, a aparência ou o aprimoramento do supérfluo, uma vez que os produtos devem durar pouco e ter uma reposição rápida no mercado.

### **I. 2. 1 Algumas características da Acumulação Flexível segundo Ricardo Antunes.**

As empresas com a necessidade de reduzir o tempo entre produção e consumo, ditado pela intensa competição existente entre elas, incentivam ao limite a tendência destrutiva do valor de uso das mercadorias. Para Antunes, essa tendência não gera opções alternativas aos

capitais, para sua sobrevivência, senão inovar ou correr o risco de ser ultrapassado pelos seus concorrentes.

A crítica, levantada por ele, não está pautada no efetivo avanço tecnocientífico, este sem dúvida ocorreu, contudo o ponto criticado é a lógica de um sistema de metabolismo do capital que converte em descartável o que deve ser preservado.

Outra característica importante levantada por ele da acumulação flexível é a chamada empresa enxuta, exemplo a serem seguidas, ou seja, aquelas empresas que dispõem de menor contingente de força de trabalho e que, apesar disso, tem maiores índices de produtividade.

Antunes aborda que da mesma forma o fordismo vigente ao longo do século XX, todavia com um receituário diferente, o toyotismo reinaugura um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativas e absolutas da extração da mais valia. A sua principal característica é que este preserva dentro das empresas matrizes um número reduzido de trabalhadores mais qualificados, multifuncionais e envolvidos com seu ideário, bem como ampliando o conjunto flutuante e flexível de trabalhadores com o aumento de horas extras, da terceirização no interior e fora das empresas, da contratação de trabalhadores temporários, opções estas que são diferenciadas em função das condições do mercado em que se inserem.

### **I. 3 Mészáros e a Taxa de Utilização Decrescente das Mercadorias**

O conceito elaborado por István Mészáros merece um destaque maior, pois é fundamental para entendermos o desenvolvimento capitalista. Mészáros e Antunes iniciam seus pensamentos da mesma forma, onde indicam que o fator marcante no sistema do capital desde seu início foi a completa subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca. E claro, com a separação do valor de uso do de troca, com o último dominando, no intuito da auto-reprodução ampliada do capital.

Segundo Mészáros, no decorrer da história, os avanços na produtividade inevitavelmente alteram o padrão de consumo, bem como a maneira pela qual serão utilizados tanto os bens a serem consumidos como os instrumentos com os quais serão produzidos.

Nesse sentido, de acordo com ele, encontramos a taxa de utilização decrescente, pois ela se manifesta, em primeiro lugar, na proporção variável segundo a qual uma sociedade tem que alocar quantidades determinadas de seu tempo disponível total para bens de consumo

rápido. Um exemplo seriam produtos alimentícios, em contraste aos que continuam utilizáveis (ou reutilizáveis) por um período de tempo maior, uma proporção que tende a favorecer os últimos.

Para o autor, a nova relação que o capitalismo tratou o “luxo” está intimamente ligada à relação com o valor de uso e o valor de troca, intervindo contra a produção de valor de uso. As próprias práticas produtivas se modificam no decorrer da história e a dinâmica produtiva se dá dentro de um caráter globalmente benéfico do “consumo de coisas supérfluas” (até então moralmente condenadas). Em seguida afirma que a relativização e a legitimação do luxo com o reconhecimento da produção de riqueza material, como objetivo da humanidade acarreta também, inevitavelmente, a relativização dos valores.

No decorrer da história, no curso dos desenvolvimentos capitalistas, o crescimento como tal se torna um valor em si mesmo, sem que a análise da natureza seja uma preocupação. Desta forma, surgem tautologias, que se sustentam em si mesmas, definindo a produtividade como crescimento e o crescimento como produtividade. Mészáros utiliza uma analogia para exemplificar o problema encontrado nessa formulação. Segundo ele a dimensão prática do problema é que o sistema do capital não consegue diferenciar o “*crescimento de uma criança* do *crescimento de um câncer*. Pois, nos termos das equações práticas redutoras do capital – bem como em suas tortuosas racionalizações teóricas –, os dois devem ser reduzidos ao mesmo denominador comum: a ‘produtividade de células’.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 658, grifo do autor)

A consequência que Mészáros desenvolve desse pensamento é que o “útil” torna-se sinônimo de “vendável”, desta forma pode-se cortar a ligação da produção capitalista às necessidades humanas sem que se torne aparente essa separação. Paralelo a isso, as formas de troca antes praticadas, que eram relacionadas às necessidades humanas, são superadas pelo domínio do valor de troca.

Para Mészáros quanto menos uma mercadoria é realmente usada e reusada, ao contrário de ser rapidamente consumida (o que seria perfeitamente aceitável para o sistema), melhor é do ponto de vista do capital. Essa interpretação está baseada no fato que essa atitude, a subutilização, torna vendável outra peça de mercadoria.

Desta forma o autor conclui que o mais importante para a expansão do capital não é o incremento na taxa com que uma mercadoria é utilizada, e sim ao contrário, o decréscimo de

suas horas de uso diário. Essa redução da taxa de utilização real tem sido um dos principais meios pelo qual o capital conseguiu seu crescimento verdadeiramente fenomenal no desenvolvimento da história.

Nosso intuito era mostrar como ocorreram, nas últimas décadas do século XX, as mudanças mais gerais dos dois padrões da acumulação. Todavia, essas mudanças só podem ser entendidas se tivermos um panorama. Com isso, no decorrer deste tópico nos preocupamos em entender como se desenrolou a transição do período de acumulação Fordista para a Acumulação Flexível. Para tal, foi necessário caracterizar bem o primeiro período.

O combate com a rigidez do período fordista culminou com a Acumulação Flexível. E isso só pode ser efetivo com o desenvolvimento do sistema financeiro. Essa mudança que se deu na Acumulação Flexível foi acompanhada de uma atenção maior para as modas fugazes e toda a mobilização necessária para a transformação cultural que isso implicaria. No desenvolvimento do capitalismo Harvey observa que cada vez mais são englobadas outras áreas que vão além do estritamente econômico. Pode-se ter essa noção nesta passagem: “o capitalismo é expansionista e imperialista, a vida cultural, num número cada vez maior de áreas, vai ficando ao alcance do nexo do dinheiro e da lógica da circulação do capital” (HARVEY, 2012, p. 308)

Paralelamente, uma das principais mudanças que deram suporte para o novo sistema foi a alteração do padrão de consumo. Essa modificação não foi aprofundada inicialmente, pois o nosso objetivo até aqui era classificar bem os períodos. Nesse sentido que articulamos o pensamento de Antunes para definir a mudança na forma de produção. No caso de Mészáros o objetivo era elucidar melhor como o aumento do giro das mercadorias, aliada com a mudança do padrão de consumo, favoreceu o surgimento da Acumulação Flexível. Nosso objetivo foi deixar claro a ideia de um novo padrão de Acumulação. Nesse sentido, abordaremos com mais intensidade as características do padrão de consumo e qual o impacto dessa mudança em nossa sociedade.



## **Capítulo II - Análise do padrão de consumo na visão de Zygmunt Bauman**

Após abordarmos no capítulo anterior a transição do período fordista para a acumulação flexível observaremos um ponto específico que favoreceu essa mudança. O fator em destaque será o padrão de consumo, que teve um papel fundamental para sustentar a alta produção. Para desenvolver tal tema optamos pela obra de Zygmunt Bauman, cujo título é “Vida para consumo – transformação das pessoas em mercadorias”. Em seu livro Bauman classifica três “tipos ideais”, que não são descrições da realidade social, mas instrumentos de sua análise e de compreensão, que são: o consumismo, a sociedade de consumidores e a cultura consumista. Ao longo do capítulo tentaremos desenvolver esses “tipos ideais” propostos pelo autor.

### **II. 1 Consumismo**

É importante frisar que Bauman não pretende questionar o consumo, este é basicamente uma característica e uma ocupação dos seres humanos como indivíduos, diferente do consumismo que é um atributo da sociedade. Nesse sentido a capacidade de querer, desejar e almejar deve ser parecida com a capacidade de trabalho na sociedade de produtores, que alienada dos indivíduos e reciclada coloca a sociedade de consumidores em movimento numa forma específica de convívio humano. Pretendemos ao analisar a obra de Bauman compreender como se deu a passagem da sociedade de produtores para a de consumidores.

Para ele, o consumismo é um tipo de arranjo social, que surge pela reciclagem de vontades, desejos e anseios humanos, rotineiros e permanentes, e transforma-os na principal força propulsora e operativa da sociedade, tornando-se, ao mesmo tempo, importante na auto-identificação individual e de grupo, influenciando na seleção e realização de políticas de vida individual.

Um corte que Bauman faz para uma melhor compreensão do processo é divisão da história recente em duas eras, a sólido-moderna e a líquido-moderna. No passado, na sociedade de produtores, vivíamos na primeira era, onde a satisfação parecia de fato residir na promessa de segurança a longo prazo e não no desfrute imediato de prazeres. Nesta sociedade apostava-se na prudência, na durabilidade e na estabilidade do longo prazo. Podemos fazer

uma comparação com a conceituação de David Harvey que define essa primeira fase como período fordista e a segunda como acumulação flexível.

Entretanto, como relata Bauman, esse prazer humano na estabilidade se transformou em risco do sistema, pois gerou uma interrupção no ciclo do gasto e, portanto, um mau funcionamento do sistema. De fato deve ter ocorrido desta forma, pois o consumismo, em contraposição às formas de vida anteriores, associou a felicidade não tanto à satisfação de necessidades, mas a um volume e uma intensidade de desejos sempre crescentes, o que por sua vez implica o uso imediato e a rápida substituição dos objetos destinados a satisfazê-la.

O autor segue uma linha de raciocínio onde novas necessidades exigem novas mercadorias, que por sua vez exigem novas necessidades e desejos. Para ele, o advento do consumismo é o início da era da “obsolescência embutida” dos bens oferecidos no mercado e marca um aumento espetacular na indústria da remoção de lixo. A “obsolescência embutida” comentada, em muito se parece com a taxa de utilização decrescente das mercadorias desenvolvida por István Mészáros. Ambos abordam a velocidade da rotatividade das mercadorias/bens como sendo algo de fundamental importância, porém em óticas diferentes.

Para ele, o tempo na sociedade líquido-moderno de consumidores<sup>6</sup> é de uma forma totalmente diferente, não é nem cíclico, nem linear. Ele é caracterizado por ser “pontilista”, ou pontuado, repleto de rupturas e descontinuidades, por intervalos que separam pontos sucessivos e que rompe o vínculo entre eles. Nele não se tem a ideia de progresso, pois é pulverizado em instantes eternos, eventos, acidentes, incidentes, aventuras e episódios; parcelas distintas e reduzidas a um ponto cada vez mais próximo.

Nessa perspectiva do tempo “pontilista”, é exaltada a chamada vida “agorista”, “apressada”. Nela em cada ponto a oportunidade é única, onde não há “segunda chance”. Nas palavras de Bauman: “A demora é o *serial killer* das oportunidades.” (BAUMAN, 2008, p. 50), sendo aqui possível entender que o motivo de pressa dos indivíduos da era consumista, em parte, é o impulso de adquirir e acumular. Porém o motivo mais em voga é a necessidade de descartar e substituir que impulsiona (e de certa forma possibilita) a vontade de adquirir sempre mais.

---

<sup>6</sup> Sociedade líquido-moderna de consumidores que pode ser associada com o período de Acumulação Flexível que Harvey utiliza.

Na sociedade de produtores, a observação que constantemente se ouvia depois de um fracasso era “tente outra vez, mas agora de modo mais árduo, com mais destreza e dedicação” (BAUMAN, 2008, p. 51), uma ideia totalmente contrária a da sociedade de consumidores. Assim quando os objetos de antes e antigos investimentos da esperança quebram a promessa, deixando de proporcionar a esperada e prometida satisfação instantânea e completa, eles devem ser abandonados. Na economia consumista o chamado por Bauman de foco anterior, hoje quase abandonado, prenuncia a pior das preocupações, ou seja, a estagnação, suspensão ou desgaste do ardor de comprar. O segundo foco, entretanto, vem como um alento, a outra rodada de compras. Todavia, sem o acréscimo pelo impulso de se desfazer e de descartar, o impulso da mera aquisição e posse armazenaria problemas futuros.

Bauman relata que cresce a competição pelo que ele considera ser mais escasso dos recursos – que seria a atenção de potenciais consumidores. Nessa disputa os potenciais fornecedores de bens de consumo, inclusive os de informação, perseguem sobras do tempo dos consumidores, em que qualquer brecha entre momentos de consumo é preenchida com mais informação. Nesse sentido, esperam que uma parcela da multidão, na busca de informações que necessitam, acabem cruzando “por acaso” com informações que não necessitam, mas que os fornecedores desejam que absorvam. Isso ocorre quando estão pressionadas o bastante, ou apenas cansadas, a ponto de fazer uma pausa ou mesmo reduzir sua velocidade pelo tempo necessário para absorver as informações que originalmente procuravam. Esse fato é muito comum em mega promoções, onde os indivíduos são impulsionados pelo desejo de comprar um determinado produto, mas que ao chegar ao local acabam comprando algo totalmente diferente do seu impulso inicial.

São apresentados dois conceitos que complementam esse argumento. O primeiro é a “atitude blasé”, que seria basicamente a falta do poder de diferenciação, o que não significa que os objetos não sejam percebidos. É um distúrbio na percepção, nos valores significativos e diferenciais das coisas, ou seja, os próprios objetos são vistos de uma forma uniforme como se nenhum tivesse preferência sobre qualquer outro. O segundo, que ele chama de uma versão mais madura, é descrita hoje em dia com o nome de “melancolia”. Ela representa uma aflição genérica do consumidor, que seria um distúrbio resultante entre o encontro da obrigação com a compulsão de escolher e a incapacidade de fazer essa opção.

Como afirma Bauman, o valor mais característico da sociedade de consumidores é que todos os outros são chamados a justificar seu mérito de uma vida feliz. Talvez seja a única na história da humanidade, segundo ele, a prometer felicidade, aqui e agora e a cada “agora”

sucessivo. Ou seja, felicidade instantânea e perpétua. Ela baseia suas alegações como sendo a sociedade com maior promessa de satisfazer os desejos humanos. Essa promessa só permanece sedutora enquanto o desejo continua insatisfeito, ou melhor, enquanto o indivíduo não está plenamente satisfeito. Indo até o ponto em que se acredita que os desejos motivadores da busca pela satisfação e que impulsionaram atitudes consumistas tenham sido plenamente realizados.

Entretanto é a não satisfação dos desejos e a convicção de que cada tentativa sucessiva de satisfazê-los fracassou, no todo ou em parte, que estão na estrutura de direcionamento da economia voltada para o consumidor. O intuito é satisfazer cada desejo/necessidade/vontade de uma forma que dê origem a novos desejos/necessidades/vontades. Desta forma, o ato de comprar, que nasce como um esforço em satisfazer uma necessidade, deve se transformar numa compulsão ou vício.

Nesse sentido, além de ser um excesso e um desperdício econômico, o consumismo, acaba sendo uma economia do engano. Aposta na irracionalidade dos consumidores, não apostando em suas estimativas sóbrias e bem informadas; e sim estimulando emoções consumistas.

## **II. 2 Sociedade de Consumidores**

Com relação à sociedade de consumidores ele a caracteriza como sendo a que promove, encoraja ou reforça a escolha de um tipo de vida e uma estrutura existencial consumista, rejeitando todas as opções culturais alternativas. Desta forma afirma que seguir os preceitos da cultura de consumo é a única alternativa aceita de forma incondicional.

Uma das diferenças que Bauman enfatiza entre as sociedades de produtores e a de consumidores é com relação ao corpo e o seu espírito. Na primeira, o que mais importava era seu corpo, o potencial trabalhador, na medida em que os tornava mais aptos a morarem e agir perto de seus trabalhos, ou mesmo morar em seus locais de trabalho. Já a sociedade de consumidores centra seu treinamento, desde a infância, na administração do espírito, deixando a administração dos corpos a cargo de cada um. Não obstante, supervisionado e coordenado de forma individual por indivíduos espiritualmente treinados.

Outra diferença encontra-se na distinção entre os gêneros, pois na sociedade de produtores, na maior parte da história moderna, a sociedade “interrogava” a maioria da ala

masculina dos seus membros como produtores e soldados, e quase toda outra parcela feminina como fornecedora de serviços. Todavia na sociedade de consumidores não há distinção de treinamentos, pois todos devem ser consumidores por vocação e para isso a “dependência das compras” se estabelece desde criança.

Para Bauman deve-se ter a vocação consumista nos desempenhos individuais. Esta vocação se dá na medida em que compramos produtos que são capazes de alcançar e manter a posição social que queremos, pois desempenham suas obrigações sociais e protegem a autoestima do indivíduo. Nessa dinâmica, ser visto praticando o ato é tão importante quanto o simples fato de agir. E existirão muitos consumidores, independente do gênero, que irão sentir-se inadequados se não puderem corresponder com prontidão aos apelos feitos pelas propagandas publicitárias.

“Consumir”, para o autor, tem o significado que o indivíduo de “investir” na sua auto imagem social, que na sociedade em destaque, traduz-se em “vendabilidade”, no sentido de obter qualidades das quais já exista demanda de mercado, ou reciclar as que já possui, para que a demanda por essas qualidades possam continuar sendo criadas. Nessa sociedade a maioria das mercadorias deve sua atração aos consumidores ávidos por seu poder de investimento pessoal, pois para Bauman este é um consumo que serve para se ter “valor social” e auto-estima.

É relatado que normalmente a passagem da sociedade de produtores para a de consumidores é vista como uma vitória final do direito do indivíduo à auto-afirmação, no sentido do sujeito livre de responsabilidades, interpretada como direito do indivíduo à livre escolha. Representa, pois a emancipação do indivíduo das condições originais tidas como de “escolhas limitadas”, de cenários estabelecidos, rotinas obrigatórias e padrões comportamentais obrigatórios. O indivíduo na sociedade de consumidores é visto acima de tudo, e definido pelo autor como um Homo Eligens.

No entanto é relatada outra versão, não muito desenvolvida, que ao invés de uma emancipação, a passagem poderia se revelar como uma conquista, a anexação e a colonização da vida pelo mercado de bens de consumo. Além disso, ele enfatiza que o aspecto mais marcante é a elevação das leis escritas e não escritas do mercado à categoria de preceitos da vida que, se não seguidos, acarretam o risco da penalidade da exclusão.

Nesse sentido, para o autor, o que está sendo ameaçado no fim, diferente do que imaginam, não é o Estado e seu braço executivo é sim a sua soberania, a sua prerrogativa de estabelecer um limite entre incluídos e excluídos, assim como o direito de reabilitar e redimir estes últimos. Bauman argumenta que como resultado ocorre à separação entre o poder de agir e a política, no qual o primeiro vai em direção dos mercados.

A política, mesmo ainda dominada pelo Estado cada vez mais perde a liberdade de manobra e seu poder de estabelecer regras e “apitar” o jogo, tornando-se assim, incluindo o legislativo e judiciário, executores da soberania do mercado.

Nessa sociedade, a força punitiva dificilmente aparece totalmente como ela é, mas se revela para as pessoas na forma de oportunidades perdidas ou desperdiçadas. Essas forças estão longe de mostrar os limites da liberdade individual. Contudo, mostra-os na busca dos indivíduos pela felicidade, entre passos eficazes e ineficazes, ou mesmo entre a vitória e a derrota.

Uma característica forte destacada por ele é que diferentemente da sociedade de produtores, onde os indivíduos constituíam grupos (com seus líderes, hierarquia de autoridade e estrutura de poder), na *sociedade líquido moderna de consumidores* os indivíduos constituem enxames. Neste último o líder não é bem definido, ou seja, os indivíduos vão de acordo com a maioria, na procura de segurança.

Este sentimento vem da quantidade reunida de pessoas, pois se acredita que num enxame impressionantemente amplo a direção escolhida será a melhor possível. Essa ideia vem do fato de que tantos seres humanos capazes de sentir, pensar e escolher livremente não poderiam estar ao mesmo tempo enganados. Para Bauman, na medida em que a autoconfiança se vai e com ele o sentimento de segurança, os movimentos coordenados de um enxame são os melhores substitutos para a autoridade dos líderes dos grupos. Na sociedade de consumidores a tendência do rompimento dos grupos, ou ainda torná-los frágeis, favorece a rápida formação de enxames.

Outro ponto a destacar é a difusão do crédito pessoal. Bauman alerta para a precoce iniciação na vida endividada, exemplificando com o caso dos universitários britânicos, onde é normal viver de créditos e em dívida. O que se espera é que essa obrigatória vida baseada no crédito dure o suficiente para que se constitua um hábito e também o bastante para que se articule a ideia de uma vida em que o não pagamento de uma dívida seja algo inteligente,

fruto de uma escolha racional e de bom senso, ao ponto da vida a crédito, sem poupança, ser considerada uma vida segura. Dessa forma se retira qualquer vestígio de constrangimento advindo da sociedade de produtores que era caracterizada pela utilização da caderneta de poupança. A visão da naturalização do endividamento é totalmente contrária ao que se pregava na sociedade de produtores.

Bauman utiliza como exemplo o caso dos Estados Unidos, os quais são vistos como espelho para todo o mundo e, portanto, como exemplo de sucesso pelos outros habitantes dos demais países em busca de uma vida agradável. Entretanto, o ponto levantado por ele é que talvez essa seja a nação mais endividada do que qualquer outra na história.

Podemos fazer uma ligação do alto endividamento estadunidense com a preocupação em encerrar o padrão dólar ouro, como ocorreu em 1971 por Richard Nixon. Essa ponte é possível de ser estabelecida no momento em que os Estados Unidos se fortalecem como potência e os demais países entendem como seguro contraírem títulos da dívida pública estadunidense. Uma consequência dessa procura é que o dólar alça o patamar de moeda internacional segura. Esse fato acarreta uma segurança na compra da dívida pública estadunidense, pois desde o acordo de Bretton Woods em 1944 o dólar era tido como moeda-reserva mundial. Na medida em que o dólar não é lastreado em ouro a própria emissão transmite segurança necessária para o pagamento da dívida.

No entanto Bauman salienta que tal dívida não é adquirida para gastos voltados para investimentos potencialmente lucrativos, mas para sustentar o *boom* do consumo e, além disso, instigar o que ele chama de “fator de boa sensação” do eleitorado. A dívida também é contraída para financiar os crescentes déficits federais, que segundo ele está em 300 bilhões, pois mesmo com os cortes nos gastos sociais, com frequência esses déficits são exacerbados e impulsionados pela continuidade da redução de impostos para os ricos.

Nesse último aspecto com relação aos impostos, Bauman argumenta que numa sociedade de consumidores onde cada vez mais somos instigados ao consumo, a melhor forma de tributação se dá de forma indireta, ou seja, o imposto sobre o valor agregado. E que cada vez mais por diversos motivos, seja para pagar dívidas assumidas por políticos no calor de batalhas eleitorais, exorbitantemente caras, ou pela corrupção dos políticos, a tributação com o imposto de renda é que tende a crescer menos, pois estão preocupados com a capacidade do consumidor e não com a dos produtores.

## **II. 3 Cultura consumista**

Para se ter uma análise mais completa da sociedade de consumidores temos o capítulo de Bauman sobre a cultura consumista. Este se inicia com o destaque de uma frase usada para a temporada outono-inverno publicada em um manual de moda influente, onde se diz o seguinte: “meia dúzia de visuais-chave para os próximos meses,...que vão colocar você a frente da tendência de estilo” (BAUMAN, 2008, p. 107). Por meio dessa frase ele aborda como a publicidade estimula o desejo dos consumidores, manipulando suas aspirações.

Quando o anúncio faz a referência “estar à frente da tendência do estilo”, para Bauman tem-se a ideia da promessa de um alto valor de mercado. Para tal deve-se passar pela exibição de emblemas, que se inicia na aquisição e anúncio público de sua posse, pois só se torna completo com o anúncio, o que se traduz no sentimento de “pertença”. Nesse sentido Bauman constrói o raciocínio de que os consumidores, a partir da propaganda, devam ficar preocupados quando seus atuais emblemas de “pertença” possam sair de circulação e por esse motivo voltam suas atenções para as propagandas.

Inicialmente ele enfatiza que o período é bem determinado, por exemplo: os “próximos meses”. Desta forma o consumidor deve estar sempre atento, pois essa “dica” tem prazo de validade. Da mesma forma que é anunciado que somos livres para escolhermos o que bem entendermos essa liberdade é delimitada em “meia dúzia de visuais-chave” e com isso tem-se uma liberdade aprisionada em algumas opções. Bauman enfatiza que somos livres para escolher, todavia as opções já estão postas e não temos controle nem opinião sobre elas.

Para a cultura de consumo, segundo o autor, escolha e liberdade se constituem em palavras da mesma família, e desta forma tratá-las como sinônimas é correto no mesmo sentido de que só se pode abstrair da escolha se ao mesmo tempo subjugar sua liberdade. A escolha deve ser feita e as opções estão dadas, no caso da não ação por causa de lentidão em se ter um posicionamento, indicaria a morte social ou exclusão. Essa “exclusão” adquire aqui o sentido contrário do habitual, como explica Bauman, sendo decorrente de uma não ação, da estagnação, e não da ação de alguém.

Bauman relata a síndrome consumista como uma das preocupações humanas. Nela se colocam as preocupações contra o comprometimento de longo prazo com as coisas (animadas ou inanimadas). Além do que se encurta tanto a expectativa de vida do desejo quanto da satisfação, assim como se encurta a distancia do objeto para o depósito de lixo. Tem-se assim



que “A ‘síndrome consumista’, envolve velocidade, excesso e desperdício.” (BAUMAN, 2008, p. 111)

Outro axioma proclamado é “este é um país livre”. A partir dele o autor afirma que é sua responsabilidade o tipo de vida que deseja levar, como resolve vive-la e quais tipos de escolha tomar. Exatamente por isso deve-se culpar a si próprio e a mais ninguém se tudo o que tinha planejado não levar a felicidade que esperava. A citação sugere que a alegria da emancipação está intimamente ligada ao horror da derrota.

Antes, como afirma Bauman, os conceitos de responsabilidade e escolha própria, que diziam respeito a um dever ético e da preocupação moral pelo outro, aos poucos foram se transformando em auto-realização e em cálculo de risco. Nesse processo a “responsabilidade” diz respeito somente a si próprio, da mesma forma que “escolhas responsáveis” só dizem respeito aos gestos que satisfazem os próprios desejos.

Bauman retoma a questão principal do anúncio no manual de moda. Enfatiza que é montado um estado, na verdade alertas são ligados (normalmente laranjas ou vermelhos e sempre com a ideia de urgência), uma estrutura é arquitetada para que o consumidor faça a escolha “certa”. No caso ele traz à tona o anúncio na revista, mas a todo o momento esse estado é esquematizado. Do contrário, o ator, desatento e infeliz, às vezes também chamando de preguiçoso, fica atrás da “tendência de estilo”.

Outro ponto explorado por Bauman na vida de consumo é a questão do aprendizado rápido, pois caracteriza uma vida de esquecimento veloz. Ele relata que nem essas duas ações escapam da “tirania do momento” que é instigada pelo estado de emergência descrito anteriormente. Bauman argumenta que mesmo as ações sendo opostas estão intimamente ligadas para uma vida de consumismo, na em medida que o indivíduo deve aprender velozmente quais serão as opções para a nova tendência, com a mesma velocidade que deve esquecer quais foram as opções postas para a última estação. Segundo o autor, esquecer é tão importante ou mesmo mais importante que aprender.

Com relação a rotatividade dos produtos Bauman expõe que algumas vezes nos deparamos com dilemas, por exemplo, “as mulheres jogam fora” a cor de uma determinada maquiagem para receber as novas cores. Ou será que as novas cores estão transbordando das prateleiras a fim de garantir que o suprimento das cores antigas seja de fato “jogada fora” agora mesmo? Desta forma ele mostra o ciclo vicioso que entramos ou somos “empurrados”,

pois como ele mesmo enfatiza, na vida do consumidor a referência não é a aquisição e a posse, é antes de tudo principalmente “estar em movimento”.

Bauman salienta que vivemos em uma sociedade que proclama a satisfação do consumidor como seu maior propósito, entretanto um consumidor satisfeito não é o motivo nem o propósito, e sim, é a ameaça mais apavorante. O consumidor deve sempre estar à procura da satisfação ou felicidade e nunca realmente estar satisfeito ou feliz. É essa procura que move a sociedade de consumidores. A satisfação anunciada deve ser apenas uma experiência momentânea, além do mais, uma satisfação prolongada deve ser temida, e não almejar.

Segundo o autor não é a criação de novas necessidades que constitui a principal preocupação da sociedade de consumidores, é o desprezo pelas necessidades e ridicularização dos objetos utilizados “ontem” por estarem ultrapassados e fora de moda. Para ampliar isso ocorre uma difamação da ideia que a vida de consumo deveria ser guiada pela satisfação das necessidades, assim se mantêm vivos o consumismo e a economia de consumo.

Um conceito importante desenvolvido por Bauman são os “consumidores falhos”, nomeados desta forma, pois se satisfazem com um conjunto finito de necessidades. São guiados somente por aquilo que acreditam necessitar e nunca procuram novas necessidades que poderiam despertar um agradável anseio por satisfação. Para com esses, paira o medo do ostracismo e da exclusão, pois estão satisfeitos com a identidade que possuem e aceitam o que seus “pares” presumem que eles sejam.

Bauman relata que cada vez mais é elaborada uma estratégia de marketing para desencorajar os jovens adeptos do consumismo em obterem uma ligação de longo prazo em qualquer coisa que adquirirem. Um exemplo utilizado por Bauman é o de uma fábrica de brinquedos que nos anos 90 prometia vender o próximo brinquedo com desconto, se os consumidores levassem de volta o brinquedo do modelo antigo que eles entendiam como “gasto”. Para o autor, esse estilo de trocar o brinquedo antigo por um “novo e aperfeiçoado” faz com que os consumidores conduzam suas vidas segundo um padrão do que ele chama de “aluguel-aquisição”, desta forma você é estimulado a buscar algo “aperfeiçoado” e quase nunca ter por completo o bem adquirido. Entendemos que essa tendência é muito forte recentemente com relação a automóveis, onde cada vez mais as pessoas são encorajadas a oferecerem seu carro recém quitado como entrada para obter um modelo do ano. Desta forma

esse ciclo nunca se completa, pois assim que quitam o carro “usado” são encorajados a oferecê-lo como entrada para aquisição de um lançamento.

Na concepção de Bauman, o indivíduo líquido moderno é caracterizado pelo seu impulso de seleção e luta pelo reconhecimento público de suas escolhas de identidade individual. Na sociedade líquido-moderna de consumidores, em contraposição à sociedade anterior sólido-moderna de produtores, não se tem identidades recebidas desde o nascimento, ainda mais de uma forma permanente e garantida. Elas são projetos, dos quais são levadas a cabo até uma finalização infinitamente remota. Sendo assim, faz parte da alimentação de um ciclo vicioso da produção a busca incessante por uma identidade melhor, entendida aqui como bem vista pela sociedade.

Segundo Bauman dois expedientes desempenham o papel importante em aliviar as dores da construção e desconstrução da identidade de consumidores.

O primeiro é o que ele chama de “comunidades guarda-casacos”. Elas são comunidades *ad hoc*, no intuito de se reunirem por terem estilos e hábitos em comum, são comunidades com prazo fixo, ou reconhecidas como temporárias. Ele descreve que os indivíduos se separam quando o grupo dispersa, mesmo sendo livres para sair antes disso, a qualquer momento que o interesse começa a diminuir.

Nelas não existe um estilo formal de filiação e este é bastante subjetivo, nem critérios obrigatórios para seleção de candidatos. Bauman relata que em nossa sociedade sob a tirania do momento e avaliada pelo tempo pontilhistas, a entrada nessas comunidades “fantasmas” tem uma clara vantagem sobre a “coisa real”. (BAUMAN, 2008, p. 143)

A ideia da construção e desconstrução dos símbolos de identidade, estes todos fornecidos pelo mercado como distintivos, é trabalhado por Bauman como sendo o segundo expediente. Para ele os bens de consumo dificilmente são neutros em relação à identidade, pois carregam em si alguma imagem que os portadores desejam transmitir. Para tal, esses produtos agregam o selo de “identidade” e com isso exige do consumidor a habilidade básica de comprar.

Bauman argumenta que para a “movimentação” da cultura consumista monta-se um personagem onde é proibida uma acumulação final e qualquer satisfação perfeita, onde não demande novos aperfeiçoamentos na chamada “construção de identidade”. Para tal, segundo

ele, o descarte e remoção de produtos fracassados ou não totalmente bem-sucedidos ganham destaque. Esse movimento de descarte trás consigo uma satisfação ligada a uma vida intimamente conectada com o tempo pontilista.

### **II. 3. 1 Baixas Colaterais do consumismo**

Para Bauman existe na sociedade de consumidores algo que ele denominou “Baixas Colaterais” do consumismo. Normalmente esse termo é utilizado no meio militar, mas ele a utilizou para exemplificar que em nossa sociedade situações “imprevistas” e negativas acontecem. Na realidade, para Bauman, essas situações são conhecidas, mas se vende a ideia de imprevisibilidade. Assim como, em uma guerra, algumas vítimas inocentes são classificadas como danos colaterais.

Segundo Bauman, nos dias atuais estamos cada vez mais ausentes do cenário do lar (aqui entendido como o ambiente familiar), isso nos torna impacientes com os conflitos, independentemente do tamanho destes. Como estamos mais ocupados em ganhar dinheiro para adquirir as coisas que cremos nos fazer felizes, os seres humanos têm menos tempo para a empatia mútua e negociações intensas advindas do cenário familiar. Esse problema aciona o que Bauman classifica como círculo vicioso, onde quanto maior meu êxito em “materializar” a relação afetiva com a publicidade trabalhando arduamente em convencer ser essa a melhor possibilidade, menores serão as chances para o entendimento mútuo do que seria as reconciliações pelo poder/carinho do amor.

Para ele a busca por prazeres individuais são permeadas pelas mercadorias oferecidas e pela pressão das campanhas publicitárias fornecendo o único substituto aceitável para falta de contato mais próximo e amigável que vêm se perdendo com o tempo em todas as esferas de relacionamentos.

### **II. 4 Vítimas dos Danos Colaterais**

O autor traz a tona uma nova categoria de população, antes ausente das divisões sociais. Eles podem ser vistos como vítimas coletivas dos “danos colaterais múltiplos” do consumismo. Como ele salienta, o termo “classe trabalhadora” dizia respeito à imagística de uma sociedade em que as tarefas dos mais ricos e dos mais pobres eram diferentes, mas complementares. Outro termo era a “classe baixa”, onde se dava a ilusão de que a qualquer

momento poder-se-ia acender socialmente, pois a sua situação era momentânea devido a possibilidade de mobilidade social e, portanto, sujeita à mudança.

Entretanto o novo termo é a “subclasse”. Este termo diz respeito à imagem de sociedade completamente distinta das demais no sentido de que, como descreve Bauman, “...evoca a imagem de um agregado de pessoas que foram declaradas fora dos limites em relação a todas as classes e à própria hierarquia de classes, com poucas chances e nenhuma necessidade de readmissão...” (BAUMAN, 2008, p. 156) . E termina a definição expressando que essas pessoas, numa sociedade dividida em classes, não constituem classe própria, se sustentam das essências vitais de todas as outras, corroendo dessa forma a ordem social baseada em classes.

Segundo Bauman, algumas pessoas são classificadas na subclasse por serem consideradas inúteis. Na sociedade de consumidores, onde se avaliam qualquer coisa ou pessoas pelo seu valor como mercadoria, essas pessoas não tem valor de mercado, no sentido de que não conseguem se engajar numa atividade de consumo plenamente desenvolvida.

Para Bauman, em nossa sociedade contemporânea seus membros são admitidos primeiramente como consumidores, e de maneira secundária como produtores. Prova disso é que para se constituírem membros plenos, corretos e adequados na sociedade, é necessário reagir de imediato aos avisos do mercado de consumo. Desta forma eles contribuem com regularidade para a demanda esvaziar a oferta; e em tempos de crise, os consumidores seriam parte da recuperação conduzida pelo consumo. Todavia de nada são capazes os pobres e indolentes, destituídos de um lar decente, cartões de crédito e perspectiva de melhores dias. Isto acarreta que, como enfatiza o autor, os pobres quebram essa normalidade, e o que os caracteriza como “anormais” não é a questão do emprego e sim a da competência ou aptidão de consumo.

Uma diferenciação importante que Bauman faz é que os pobres atualmente, aqueles que são problemas para outros, são “não-consumidores” e não os “desempregados”. Antes de qualquer coisa são consumidores falhos por não desempenharem seu papel crucial de serem compradores ativos e efetivos de bens e serviços oferecidos pelo mercado.

Os pobres são reclassificados como baixas colaterais do consumismo, onde são pela primeira vez, como relata Bauman, na história são registrados; pois antes eram considerados simplesmente como um aborrecimento e uma amolação. Quando se transfere dinheiro para

eles se tem um mau investimento, dificilmente recompensado, muito menos trará lucros. Os pobres, como ele relata, são inúteis na sociedade de consumidores.

Como relata Bauman, os pobres são desnecessários, ou seja, indesejados, tem-se a necessidade de retirá-los de nossas vistas. Para tal tem-se a eminência de retirá-los das ruas e dos lugares públicos, locais próprios residentes do universo consumista. Um segundo movimento é fortalecer uma separação mental, retirando-os assim da empatia moral. Faz-se isso reescrevendo suas histórias, eles são retratados como desleixados, pecaminosos e destituídos de padrões morais. Constituem-se desta forma os suspeitos de sempre a serem recolhidos com o apoio popular sempre que uma falha na ordem habitual é detectada e revelada à sociedade.

Zygmunt Bauman apresenta que a promoção da novidade e o rebaixamento da rotina se constituem numa das características principais da sociedade de consumo. Aos mercados competem o desmontar das rotinas e apresentar a fixação de outras novas na busca incessante de “afastar” o tédio dos consumidores. Estes o veem como algo temido. Bauman relata que no intuito de ser eficaz, a tentação de consumir, e de consumir mais, é transmitida para todos, apesar do número de pessoas que ouvem a mensagem ser maior do que os que podem corresponder da forma pretendida. Na mensagem aprende-se que o consumo excessivo é sinal de sucesso, assim como consumir certos objetos e praticar determinados estilos de vida são condição necessária para a felicidade.

O autor expõe que algumas “classes”, por serem potencialmente rebeldes, são identificadas como grupos de indivíduos perigosos, pois são potenciais criminosos. Para com esses as prisões substituem as instituições de bem-estar social, defasados e reduzidos, e estima-se que devam continuar a se adaptar ao desempenho da nova função a medida que os dispositivos de bem-estar social continuarem diminuindo.

Bauman enfatiza que a “subclasse”, que também são “consumidores falhos”, é compreendida de indivíduos que são vistos por todos como vítimas de escolhas individuais erradas, pois com a nossa suposta liberdade de escolha, se se encontram nessa situação foi por suas atitudes e opções pessoais incompetentes.

Para o autor, quando os pobres não aderem, na sociedade de consumidores, ao modelo de vida consumista significa o estigma e a exclusão, não obstante que abraçá-lo impulsiona para mais pobreza do que o afasta dela.

## **II. 5 O Estado social como solução.**

Para Bauman um Estado é “social” na medida em que promove a iniciativa do seguro coletivo, no sentido de ir contra o transtorno individual e suas consequências. Dessa maneira tem-se a elevação dos membros da sociedade à condição de cidadãos, dos quais para Bauman, os tornam fiscalizadores do sistema de “benefícios sociais”. O autor argumenta que essa iniciativa é importante, pois a aplicação desse princípio pode proteger homens e mulheres da pobreza; mais importante ainda é a questão de tornar o que ele chama uma “fonte abundante de solidariedade”, reciclando a sociedade para o bem comum, compartilhado, de propriedade comum e conjuntamente cuidada, na defesa contra a miséria e da indignidade. O “Estado social”, segundo Bauman, deveria ter sua intenção, em seu arranjo, de servir a esses propósitos.

Como expõe Bauman, essa ideia surgiu com Lorde Beveridge, no pós-guerra, e é perfeitamente compatível e indispensável no modelo liberal de liberdade individual, assim como condição necessária da democracia liberal. Evidente, pois a liberdade de escolha, como ressalta Bauman, tende a ser acompanhada de incontáveis riscos de fracasso, onde as pessoas podem compreender que esses riscos podem ultrapassar as suas capacidades de suportá-los. E essa liberdade continuará permanecendo no campo das ideias a não ser que esse medo da derrota possa ser aliviado por política de seguros prolongada em nome da comunidade, permitindo assim que os indivíduos realmente cheguem perto da liberdade de escolha.

Um raciocínio lógico em cadeia feito é com relação aos direitos políticos e sociais. Para Bauman, não havendo o seguro coletivo dificilmente teríamos estímulo ao engajamento político, ainda mais qualquer engajamento no ritual democrático das eleições, na medida em que é provável que a salvação não venha de um Estado político que não seja, e se recusa a ser, um Estado social. Ele fecha esse raciocínio argumentando que sem direitos sociais para todos, grande parte da população, em um número crescente, irá concluir que seus direitos políticos são inúteis ou indignos de atenção. Desta forma, se os direitos políticos são fundamentais para que se estabeleçam os direitos sociais, estes não indispensáveis para que se mantenham os direitos políticos em funcionamento.

Bauman comenta que, de forma contrária ao que muitos promotores da “terceira via” divulgavam, o modelo escandinavo não é hoje em dia uma relíquia do passado. Ele cita os recentes trunfos de Estados sociais emergentes, ou revividos, na Venezuela, na Bolívia, no Brasil ou no Chile, mudando de modo gradual, o foco político e a disposição popular.

Uma questão que deve ficar clara é que, para Bauman, o Estado social não é como uma alternativa ao princípio de escolha do consumidor. Prova disso é que os países com princípios e instituições de um Estado Social firmemente estabelecidos, também são aqueles que apresentam níveis de consumo elevados. Ele salienta que na sociedade de consumidores o significado do Estado social é defender a sociedade dos “danos colaterais”, com isso seu propósito é proteger a sociedade da multiplicação das fileiras de “vítimas colaterais” do consumismo: os excluídos, os proscritos, a subclasse. Em suma, é proteger o desaparecimento da solidariedade humana e a extinção dos sentimentos de responsabilidade ética.

Para Bauman, na Grã-Bretanha, presidida por Margaret Thatcher, o Estado social foi desarticulado pelo ideário de não existir uma coisa chamada “comunidade” e sim indivíduos e famílias. Deste ponto, aos poucos, foi-se consolidando a “ordem do egoísmo” neoliberal direcionada pela administração do “novo trabalhismo” sob o codinome de “modernização”. Uma prova desse domínio foi a liderança da política de um número crescentes de função dominadas pela “terceirização” e “privatização”, antes dirigidas pelo estado, mas que agora estão a favor de forças do mercado explicitamente não-políticas.

Segundo Bauman a “modernização” tem desempenhado um papel importante na decomposição e fragmentação contínuas dos vínculos sociais e da coesão comunal, sendo curiosamente esses os elementos que possibilitariam os britânicos a perpassarem pelos desafios da cultura consumista.

Em sua visão o vácuo deixado pelos cidadãos na ação política de outrora foi reencarnado hoje em dia nos consumidores e preenchido por um “ativismo do consumo” aparentemente apartidário e um tanto apolítico. Um dos problemas que ele levantou seria que para se tornar um consumidor requer um nível de vigilância e esforço constantes que dificilmente deixa tempo para as atividades que tornar-se cidadão demanda. Além do que o “ativismo do consumo” é uma característica do crescente desencanto com a política.



### **Capítulo III - O impacto da sociedade de consumidores na esfera política**

No primeiro capítulo abordamos como a mudança do padrão de acumulação tem um dos seus pilares na modificação do padrão de consumo. Após isso, no segundo capítulo, analisamos como essa mudança no padrão de consumo transforma nossa sociedade em uma sociedade de consumidores. Ao final do capítulo Bauman nos apresenta que uma sociedade de consumidores nos conduz para um desencanto com a política.

Nesse item exploraremos um pouco mais essa questão da apatia política. Para tal, utilizaremos como principal fonte o livro organizado por Adauto Novaes, cujo nome é “O esquecimento da política”. Nele são apresentadas, por diversos co-autores, varias formas de como a política é esquecida atualmente.

#### **III. 1 O esquecimento da política.**

O primeiro ponto a ser esclarecido é que não se trata em explorar o fim da política, mas sim de seu esquecimento. Para Adauto Novaes o que podemos observar hoje é uma laboriosa construção do esquecimento, não dos acontecimentos, mas da própria origem da política.

Segundo Novaes, atualmente estamos vivendo momentos de incerteza e desordem. E esse aspecto é notado em qualquer domínio da atividade humana, a saber, nas esferas do conhecimento e do poder, costumes, mentalidades, sensibilidade ética e valores. Além disso, a política é parte dessas mudanças. O saber político, que procurava dar conta da ideia de totalidade, se decompõe em expedientes parciais realizados por especialistas da atualidade. Todavia esses especialistas são extremamente voláteis e instrumentais, no sentido que são, na maioria das vezes, desprovidos de compromissos.

Para ele, por meio do desenvolvimento técnico-científico entramos em uma era de transformações profundas na nossa civilização. Desenvolvimento este, que ocorre de maneira desigual nas atividades humanas. Com relação à vida material as transformações são velozes e visíveis e afetam nossa vida cotidiana. O mesmo não acontece com as “convenções fundamentais da sociedade”: os costumes, as leis civis, o direito público, os conceitos, as entidades, a moral, a política e a história, que segundo ele são transformações lentas e quase imperceptíveis.

Novaes apresenta essa contradição em um trecho do texto de Paul Valéry:

O mundo moderno, em toda sua potência, de posse de um capital técnico prodigioso, inteiramente penetrado de métodos positivos, não soube, no entanto, estabelecer uma política, uma moral, um ideal, nem leis civis e penais que estivessem em harmonia com os moldes de vida que criou, nem com os modos de pensamento que a difusão universal e o desenvolvimento de certo espírito científico propõem pouco a pouco a todos os homens. (VALÉRY apud NOVAES, 2007, p. 12)

No intuito de estabelecer o domínio da técnica é necessário o esquecimento do passado que está ligada à ideia de uma constante evolução. Entretanto com relação às convenções fundamentais da sociedade sabe-se que não se pode viver sem tradição e sem passado. Neste ponto o autor levanta um questionamento sobre o que aconteceria se a cultura acompanhasse a lógica veloz de destruição e criação operadas pela tecnociência, como acontece com a vida material hoje.

São as dimensões do passado e do futuro que dão profundidade às mudanças políticas só podendo ser alcançadas através da lembrança. Novaes considera a política como dissenso e não como consenso, como tomada de posição em relação à divisão social, como uma permanente criação de direitos. Para ele a política é o ato de saber fazer leis e ao mesmo tempo de ser crítico das próprias leis.

Desta forma a política não pode ser pensada como o exercício do poder ou a luta pelo poder somente; se existe uma natureza política ela não é encontrada na relação entre sujeitos e sim na relação entre dois termos contraditórios. Também pode ser definida como a relação entre dois desejos: o desejo dos grandes de oprimir e comandar e o desejo do povo de não ser oprimido e tão pouco comandado – desejo de liberdade. Ele retoma esse pensamento de Maquiavel que entendia a política como exercício do poder onde “atravessada por uma divisão originária entre desejo dos grandes de oprimir e comandar e o desejo do povo de não ser oprimido nem comandado – os grandes são movidos pelo desejo de bens, e o povo, pelo desejo de liberdade e segurança”. (NOVAES, 2007, p. 14)

Portanto, o ponto que Novaes salienta é que no passado, a política concebia projetos grandiosos, planos de longa duração, o que resultou em algumas potentes instituições. Entretanto, hoje em dia tem-se uma divisão, de um lado a técnica, estudos, rigor, controle, ordem e precisão, do outro, tem-se expedientes, verbalismo comandado pelos “políticos profissionais”. Há uma dicotomia, pois enquanto as relações do homem com seu meio físico tornaram-se cada vez mais precisas e mais vantajosas com o desenvolvimento das ciências

exatas que aprofundaram esse conhecimento; as relações do homem com o homem foram dominadas por um empirismo e marcam, em diversos pontos, caminhos obscuros.

Essa contradição do mundo contemporâneo está repleta de expedientes políticos, que por sua vez direcionam ao esquecimento da política. Novaes classifica esses expedientes em cinco formas de esquecimento da política.

A primeira é a privatização da vida – o esquecimento da coisa pública em proveito do privado. Com esse movimento, aquele que deveria ser o sujeito da política delega a sua ação aos profissionais – o deputado, o prefeito, o ministro, o vereador etc.

Nesse sentido, Francis Wolff no trabalho intitulado “Esquecimento da política ou desejo de outras políticas?” argumenta que se tem na política um individualismo exacerbado, que é amplificado, pois delegar a ação política para o profissional e o cidadão exime-se da responsabilidade social e política. Esse movimento se agrega ao consumismo desenfreado e a vitória da ética de cada um por si se traduzem como essência do sujeito e do mundo contemporâneo.

Outro ponto do esquecimento da política é a fragilidade da esfera pública. O ponto levantado é que enquanto a política foi relevante, a opinião pública era a manifestação das reflexões dos interesses de grupos e classes. Hoje ainda temos esse movimento que, todavia, foi amenizado. Em se tratando de política a opinião de todos deve ter o mesmo peso e é na esfera pública que opiniões divergentes devem se exprimir. Entretanto, vivemos numa noção vaga e grosseira de uma política que estimula a não participação.

A privatização do espaço público é um aspecto que conduz a esta forma de esquecimento da política. Ela é apresentada de uma forma que nos interessa por Marilena Chaui no trabalho “O que é política?”. Segundo ela, o desmonte da discussão e do debate públicos sobre projetos e programas de governo e sobre as leis, que é induzida pelo surgimento do marketing político, aceita a submissão da política aos procedimentos da sociedade de consumo e do espetáculo. Com isso, procura-se vender a imagem do político e reduzir o cidadão à figura privada do consumidor. No intuito de causar identificação do consumidor com o “produto”, o marketing trabalha a figura do político como pessoa privada: características corporais, preferências sexuais, culinária, literárias, esportivas etc. Desta forma a privatização das figuras do político e do cidadão privatiza o espaço público.

Segundo Novaes, com a intensificação do marketing procura-se não apenas vender a imagem do político como pessoa privada, dotada de atributos pessoais, mas também “transformar” o cidadão na figura de “empresário”. Um exemplo foi a propaganda do Tribunal Superior Eleitoral, “Somos 180 milhões de patrões”, e desta forma teríamos a incumbência de eleger o nosso trabalhador. O que torna a campanha eleitoral mais agravante é o fato da importância dada aos hábitos cotidianos do político, sua vida em família e não possíveis concepções políticas.

Um terceiro ponto, para o autor é o predomínio do moralismo. Faz-se um contraponto entre o pensamento antigo e o moderno. Diferente do pensamento antigo em que a ideia de lei moral era abstrata, na verdade não são encontrados nas línguas grega e latina os termos fundamentais da moral moderna que são: dever, obrigação e responsabilidade.

Além disso, a ideia de virtude é definida de forma diferente para os antigos e os modernos. Com relação aos primeiros, está ligada à busca da vida feliz, entendida como vida presente. Já para os modernos, a virtude é o hábito de obedecer à lei. Nesse ponto podem-se separar duas visões bem distintas, pois se para os antigos a moral consistia na busca da felicidade, da justiça e da liberdade, para os modernos ela passou a ser definida pelas ideias de dever, obediência e responsabilidade.

Essa mudança radical tem forte implicação na política. Se a moral antiga era relacionada aos ideais de liberdade, justiça, e felicidade, procedimentos esses que necessariamente visam o bem comum, portanto respostas políticas às questões morais; para os modernos dever, obediência e responsabilidade passam a vincular a moral a interesses privados. Em suma, a ideia de indivíduo substitui a de comunidade dos cidadãos.<sup>7</sup>

### **III. 2 O consumismo como resultado do individualismo**

Segundo Francis Wolff, vivíamos nas décadas de 1960 e 1970 um cenário onde tudo era tido como político. Desde a arte, a moral e até o esporte, esses universos eram imersos nas

---

<sup>7</sup> Outras duas formas de esquecimento da política são apresentadas na religião e na servidão voluntária. Com relação ao primeiro caso Wolff aponta que há governos que são abertamente teocráticos, como a Arábia Saudita e o Irã, mas também existe um posicionamento religioso cada vez mais radical nas políticas dos governos menos democráticos, como os Estados Unidos. A seguinte, servidão voluntária, por esse conceito os dominadores recorrem a várias formas de subjugar as multidões; a mais forte delas consiste em transformar o dominado em artesãos ativos de sua própria dominação. Entretanto, mesmo esse ponto sendo interessante, não o exploraremos por não ser a proposta do trabalho.

questões políticas. Os indivíduos se valiam desses meios para expressarem suas ideologias políticas. Como exemplo de que praticamente tudo estava imerso na política, ele cita as olimpíadas de 1968 na Cidade do México. Foi nesse ano que os velocistas estadunidenses abaixaram a cabeça na hora dos hinos, levantando um punho negro enluvado contra a segregação e a guerra imperialista. Essa cena é muito emblemática de como mesmo no universo dos esportes havia uma intencionalidade de expressão política.

Para Wolff a inflexão do “tudo tido como política” ao seu inverso, passa pelo esquecimento da pólis, esquecimento do fato de que vivemos necessariamente numa comunidade política. É claro que não há esquecimento sem que outra coisa tome seu lugar.

A primeira forma de esquecimento da pólis que o autor aborda é a da coisa pública em proveito do particular. Isso se dá quando deixamos de acreditar que a política possa trazer a felicidade, com isso, ocorre o fechamento de si, ou “sobre si mesmo”. Essa é procurada na vida particular, no sucesso individual, no casal, na família ou por vezes nas identidades ambíguas que são o “gênero”, o solo, a nação.

Essa ideia é amplificada quando militantes da causa pública recolhem, desistem da luta, cansados, decepcionados; quando o povo deixa de acreditar que a felicidade pode advir da coisa pública; quando por desilusão do coletivo só se procura a felicidade no sucesso individual; quando não é mais a comunidade política que pode oferecer a segurança, e desta forma o indivíduo se voltando à comunidade familiar, então a política é esquecida.

Desta forma, de agora em diante, a política é deixada aos políticos profissionais, eleitos e pagos por isso. Além do mais os cidadãos se tornam indivíduos dispersos, deixados por conta própria, cujas mentalidades estão num estado pré-político. Isso pode significar uma diminuição da importância da pólis.

Wolff apresenta que esse espírito é um dos males que a democracia sofre na maioria das vezes, que é reafirmado em um trecho da obra de Tocqueville:

O individualismo é um sentimento pensado e sossegado que leva cada cidadão a se isolar da massa dos seus semelhantes e a se retirar à parte com sua família e seus amigos; de tal maneira que, depois de se ter criado assim uma pequena sociedade de uso próprio, ela abandona de bom grado a grande sociedade à própria sorte. (TOCQUEVILLE apud WOLFF, 2007, p. 67)

Nessa citação Tocqueville deixa clara a questão do individualismo como uma fuga da política. Além disso, a retirada de participação política para um “comunitarismo” (a tendência

a se identificar com seu grupo de pares), família ou amigos, isto é, uma fuga da política. Esse movimento acontece pelo fato do indivíduo não acreditar mais que a felicidade pode advir da pólis.

O que Wolff afirma é que não criamos certa hostilidade para com a política, antes de chegar a esse ponto sentimos um tipo de indiferença misturada com desconfiança. Dentre as diversas formas de individualismo que o autor apresenta existe uma que diz respeito ao nosso tema, pois se dá sob a forma mercantil, que é o consumismo desenfreado.

A política é esquecida e a economia ganha destaque na medida em que o indivíduo deixa de acreditar na felicidade advinda da política, isto é, que a pólis nada mais tem a oferecer. Esse sentimento acarreta que desejamos que o poder público possa oferecer ao indivíduo os meios para sua subsistência, mas, além disso, no melhor dos casos, possa satisfazer suas vontades e sede de consumo. Desta forma, o autor argumenta que há uma ligação com o crescimento do individualismo com uma redução da política à economia.

No entanto, a economia deveria ser um instrumento da política e não o inverso, da qual a política dependa exclusivamente da economia sem muitas margens para manobra. Com isso, propaga-se o pensamento que independente de qual lado se encontre, está posta a mesma realidade econômica que por sua vez direciona a mesma política econômica.

É claro que se deve manter em mente que nem tudo é economicamente viável, pois desta forma, entra-se no discurso demagógico, assim como na ideia de que nenhuma alternativa economicamente possível, nos leva ao esquecimento da política. A política está exatamente no campo de verificar o que seria possível ou não, pois no momento da escolha tem-se que observar outros fatores que vão além do econômico.

O mesmo ocorre com relação à técnica. Todavia, pode ser entendido de duas formas associadas. Primeiro como progresso técnico, relacionado às máquinas e à tecnologia, donde vem consigo todas suas benesses necessárias e também seus malefícios inevitáveis. Desta forma se retira o foco, pois na verdade tudo não depende só da técnica em si, mas das políticas de saúde, energéticas, das escolhas tecnológicas ou dos programas de desenvolvimento.

A segunda forma está relacionada à adaptação racional dos meios para um fim determinado, no sentido de formular soluções técnicas para problemas humanos. Isso leva a

soluções meramente burocráticas e mais administrativas. O problema dessa interpretação é que nem todas as soluções mais racionais e técnicas são as melhores para a população. A técnica, assim como a economia, deve servir a política, pois as ações públicas e seus serviços devem atender onde a população necessita e não quando são mais rentáveis.

### **III. 3 Consequências do esquecimento da política**

Tanto a “cientifização” da economia, termo que Wolff utiliza para a matematização na economia, quanto a “fetichização” da técnica acarretam a duplas consequências. Todas elas incidem diretamente na democracia. A primeira é apresentada pela tecnocracia, ou seja, a influência que os peritos exercem no cenário político. A democracia se baseia na ideia de que existem dois momentos: o primeiro da análise objetiva das situações (onde se encontram o papel da análise técnica) e o segundo momento o da escolha entre as propostas racionais, efetivamente seria o momento das decisões. “[As decisões] não dependem mais somente das realidades objetivas, mas de valores: justiça, equidade, equilíbrios sociais, regionais, unidade nacional etc.” (WOLFF, 2007, p. 74)

As decisões ao serem eximidas desses valores culminam em uma tecnocracia exacerbada. As ciências exatas não analisam e extraem resultado ponderando em valores, tais como: justiça, equidade, equilíbrios sociais e etc, mas se eximindo deles, pois estes não se constituem variáveis em suas equações. Desta forma o maior perigo do esquecimento da política com relação à técnica e à economia está na retirada dos valores propriamente políticos.

A segunda consequência que pode ser analisada é a onipotência da economia e a ideia de que a política é inútil. Nesse ponto Wolff apresenta outro conceito, a “doxofobia”, que está relacionada à ideia que o saber se sobrepõe as opiniões e que estas são vãs. Desta forma é atacada a segunda grande característica da democracia. Ela não é somente caracterizada por dois momentos em toda ação política – análise e escolha – mas também significa que a escolha precisa mais da confrontação entre opiniões contraditórias do que de saber. Nesse sentido, as decisões mais esclarecidas surgem do debate, da discussão argumentada, da oposição entre prós e contras, da confrontação de projetos, da oposição de programas.

A consequência desta forma de esquecimento da política é que se tem a impressão que o debate é vão e atrapalha a eficácia das decisões; consultar a população é uma perda de tempo, pois não dominam os conhecimentos técnicos. Desta forma, assim que a política é

deixada de lado, ela é delegada aos profissionais, e se esquece que a política antes de tudo diz respeito a todos nós. “O maior perigo para a democracia é a crença de que a política não nos diz respeito e que ela não pode nada para nós. O maior perigo para a democracia é o esquecimento pelo povo de que a política depende dele, que ela depende de todos nós.” (WOLFF, 2007, p. 79).

### **III. 4 Formas para impedir o esquecimento político**

Para combater o esquecimento que nos é cometido a memória não é suficiente. Desta forma, são ressaltadas algumas atitudes práticas para combater os perigos que a democracia sofre.

O primeiro dentre os perigos é a ideia de que a política é um negócio de profissionais. Contra esse perigo os “remédios” seriam o ativismo e a militância. Para além deles, tem-se o exercício cotidiano da cidadania<sup>8</sup>, que não é apenas nas urnas, mas o acompanhamento constante da vida política nacional por diversas mídias.

O segundo perigo configura-se pela suposição que a política opõe e distingue governantes e governados. Todavia, segundo os gregos, o que define a democracia é que todos são governantes e governados. O que pode amenizar esse perigo seria se todos assumissem responsabilidades, na medida do possível é claro, e partindo disso pode se observar que administrar negócios ou governar homens não é simples, decidir o momento oportuno para agir, tomar decisões que seja ao mesmo tempo entendidas por todos e justas ao mesmo tempo, é mais difícil ainda. Se não for possível estar nessa posição, pelo menos o exercício mental já ajudaria.

Para Wolff nenhuma pessoa é desonesta o suficiente para almejar o poder unicamente pelas vantagens do cargo. O inverso também se constitui verdade, pois nenhum homem é honesto suficiente para não ser tentado a aproveitar-se dessa situação. Desta forma, a solução não é moral e, sim, política. Consiste em financiar os partidos públicos, visto que são eles garantem o pluralismo democrático; votar leis que estejam acima dos homens e cujo funcionamento independa dos indivíduos (desta forma se evita a atividade oportunista pelo fato do indivíduo estar em determinado cargo); tornar transparentes as despesas públicas por um duplo sistema de corregedores e de publicação de contas.

---

<sup>8</sup> Nesse ponto pode-se observar uma perfeita convergência com a ideia de Bauman. Ao nascermos numa sociedade de consumidores só seremos cidadãos se exercermos nossa cidadania.



No caso brasileiro temos os Tribunais de Contas dos Municípios (Art. 75), dos Estados (Art. 75) e da União (Art. 71) que são um controle externo do poder Legislativo sobre o poder Executivo em suas respectivas instancias; as comissões (Art. 58) que também se constituem um controle do poder Legislativo; o fato do poder Executivo ter que aquiescer o projeto de lei do poder Legislativo se constitui um controle do primeiro sobre o segundo (Art. 66); e por último o Conselho Nacional de Justiça (Art. 103-B) que constitui um controle externo sobre o poder Judiciário<sup>9</sup>. Quando se diz “controle externo” é no sentido de ser um órgão independente, por exemplo, no caso dos Ministros que compõem os Tribunais de Contas são dois terços eleitos pelo poder Legislativo e um terço eleito pelo poder Executivo (Art. 73).

Além disso, Wolff faz alusão à Atenas, quando os políticos deviam tornar públicas as suas fortunas e o uso que faziam dela. Desta forma seria possível acompanhar as fortunas adquiridas ilicitamente. O financiamento público é muito importante para a democracia no sentido de evitar os financiamentos de campanha escusos, dado que o maior beneficiário de uma disputa eleitoral em equidade financeira seria a própria população no sentido das ideias prevalecerem.

Para Wolff o perigo do esquecimento da política é um fantasma constante na democracia.

E a democracia implica e supõe que os homens são iguais apenas em direitos, mas também em valores: que o poder não deveria ser atribuído nem aos mais sábios nem aos peritos em economia, nem aos mais bonitos ou aos que falam melhor, nem àqueles cuja vida particular é a mais exemplar, nem aos que são modelo de virtude, mas aos que são simplesmente como todo mundo e aceitam, por um tempo, nos servir, ou seja, servir a comunidade assumindo responsabilidades no nome dela. (WOLFF, 2007, p. 81)

Quando nos refugiamos no individualismo, seja por meio do consumismo desenfreado, seja pela criação de pequenas comunidades (“comunitarismo”) que substituem a própria comunidade por não acreditarmos mais na pólis, estamos assistindo o desenvolvimento da política como quem assiste a um teatro, onde só podemos opinar em intervalos de alguns anos nas urnas. Todavia, se nossa sociedade se transforma em uma sociedade de consumidores onde ao invés de participar da vida política, como sendo algo que nos diz respeito, simplesmente delegamos a terceiros, entregamos a comunidade política somente ao poder dos políticos. O tempo que deveríamos despendar em nos tornarmos cidadãos é utilizado para nos tornarmos consumidores plenos, pois para tal é demandado um

---

<sup>9</sup> Desenvolver a importância, o impacto e a eficiência de todas essas instituições e artigos iria fugir do escopo desta monografia e talvez constituir tema para outra monografia, por esse motivo somente iremos enumera-las.

tempo que nos impede de exercer nossa cidadania. Com esse desinteresse pela política corre-se o risco do nascimento de um poder sem barreiras, dado que mesmo com a institucionalidade formada para impedir o abuso de poder a luta por melhorias sempre é iniciada popularmente.

## Conclusão

O nosso primeiro movimento foi o de definir a divisão entre as eras com suas características gerais, começando pela transformação na organização da linha de produção promovida por Henry Ford em 1914. A partir desse período tem-se uma mudança na forma de realizar o consumo, passando da ideia da produção automobilística voltada para poucos (uma indústria direcionada para carros de luxo) para uma produção em massa e padronizada com o objetivo de popularizar o automóvel.

Ford tem a ideia de uma produção em massa impulsionada por um consumo também em massa e direcionado para produtos específicos, como é o caso do Ford T. Não podemos dizer que aqui identificamos o consumismo, pois um dos elementos fundamentais para tal não está presente, que é a “taxa de utilização decrescente das mercadorias” segundo István Mészáros. O que pode ser afirmado é que nesse período estão sendo montados os arcabouços estruturais que desembocarão no consumismo da próxima era. Entretanto, as mudanças culturais necessárias para tal mudança ainda não estavam postas.

A crise no período fordista é tida por Harvey como uma incapacidade de lidar com a superacumulação e em manter o Estado de Bem Estar vigente. A rigidez do período fordista impossibilitava a superação desses pontos. Nesse sentido a inovação no mercado financeiro na década de 1970, sua desregulamentação, a flexibilização das leis trabalhistas, a mudança no modo de produção, que aliados à taxa de utilização decrescente das mercadorias, mudaram a trajetória do capitalismo e o retirou da crise. O avanço do sistema financeiro permitiu boa parte da flexibilidade geográfica e temporal da acumulação flexível que se deu drasticamente por essa década.

Dentre as mudanças, no que tange o modo de produção, a tecnociência teve um papel crucial. Por meio da mudança tecnológica pode-se chegar a um novo patamar de intensificação do trabalho, onde o Toyotismo foi importante por preservar dentro das empresas matrizes um número reduzido de trabalhadores mais qualificados, multifuncionais, bem como ampliando o conjunto flutuante e flexível de trabalhadores com o aumento de horas extras, e da contratação de trabalhadores temporários. Estas opções são diferenciadas em função das condições do mercado em que a indústria se insere. Desta forma, iniciou-se um novo período de acumulação capitalista: a Acumulação Flexível.

Paralelamente, uma das principais mudanças que deram suporte para o novo sistema foi à alteração do padrão de consumo. Essa mudança só foi possível graças a uma mudança cultural, explorada por Zygmunt Bauman, que classificou nossa sociedade como “líquida moderna de consumidores”. Todavia, a nomeação “de consumidores” não é no sentido de que não existiam consumidores antes, mas o fato de que é a partir desse período que se tem a total transformação do consumo em um consumismo exacerbado.

Esse aspecto fica claro quando Bauman expressa que simples nascimento em uma sociedade moderna não se constitui em condição suficiente para um indivíduo se torne cidadão. O tornar-se cidadão advém da ação cidadã, entretanto demanda tempo para tal feito. Em nossa sociedade para que o indivíduo se torne um consumidor pleno e que corresponda à sociedade de consumidores, acompanhando a cultura consumista, demanda tempo, pois se deve estar sempre atento às modas. Isto acarreta o não exercício da cidadania e a substituição da política pelo “ativismo do consumo” apertado e apolítico. E essa atitude se torna uma reação direta do crescente desencanto com a política.

Na medida em que vivemos em tempos de contradição em que o Estado social promotor de benefícios sociais está diminuindo e, portanto, menos intervencionista, os indivíduos nutrem menos estímulos para a ação política. Todavia, a luta pelos direitos políticos é fundamental para que se estabeleçam os direitos sociais.

Na sociedade de consumidores o significado do Estado social é o de defender a sociedade dos “danos colaterais”, e com isso proteger a sociedade da multiplicação das fileiras de “vítimas colaterais” do consumismo como: os excluídos, os proscritos, a subclasse (os “não-consumidores”), ou seja, evitar que os indivíduos vivam em estado de miséria. Em suma, é proteger o desaparecimento da solidariedade humana e a extinção dos sentimentos de responsabilidade ética. Além disso, o Estado deve promover o seguro coletivo no sentido de proteger os indivíduos dos transtornos individuais de eventuais escolhas erradas e suas consequências.

Dessa maneira tem-se a elevação dos membros da sociedade à condição de cidadãos, dos quais para Bauman, os tornam fiscalizadores do sistema de “benefícios sociais”. O autor argumenta que essa iniciativa é importante, pois a aplicação desse princípio pode proteger homens e mulheres da pobreza; mais importante ainda é a questão de tornar o que ele chama uma “fonte abundante de solidariedade”, reciclando a sociedade para o bem comum,

compartilhado, de propriedade comum e conjuntamente cuidada, na defesa contra a miséria e da indignidade.

A descrença de que a felicidade poderia vir da participação na pólis faz com que os indivíduos se engajem em pequenas comunidades, como suas famílias e/ou círculo de amigos, resultado da busca pela felicidade. Esse individualismo impulsiona um movimento de se buscar a felicidade no consumismo exacerbado e tem a presença marcante da publicidade trabalhando a possibilidade das relações pessoais serem cada vez mais expressadas pela lógica mercantil. Lógica essa que induz a acreditar ser possível “materializar” as relações afetivas.

Além disso, há o esquecimento da política na medida em que cada vez mais é passada a concepção de que o engajamento político deve ser feito em intervalos regulares nas urnas. Neste quadro se populariza a concepção de que a política deve ser delegada aos profissionais da política e que o debate só é possível quando se tem o domínio de um saber específico. Dessa forma tem-se uma ameaça à democracia, pois para que ela aconteça é necessário que exista participação popular, muito embora os indivíduos se eximam da participação quando é terceirizado o debate para os “profissionais da política”, os deputados, prefeitos, vereadores etc. Além disso, se tem um movimento forte em entender que as decisões políticas devam ser exclusivamente tomadas por um caráter técnico, o que afasta mais ainda o debate popular.

O que pode ser feito como “remédio” para essa situação seria a ação política e a militância. Um dos aspectos seria o exercício cotidiano da cidadania expresso no acompanhamento da vida política pelos diversos meios de comunicação. A ativa ação da população na política na maioria das vezes é a responsável pelos avanços na fiscalização dos poderes que compõem o Estado. Nesse sentido é de suma importância que cada vez participemos da política tanto para que o Estado não perca o seu “espírito” solidário, e com isso de condições e meios para os indivíduos possam desenvolver suas habilidades, quanto para um acompanhamento se os governantes estão com esse mesmo objetivo.

Entretanto quando o indivíduo se refugia no individualismo e entende que somente pelo consumismo exacerbado pode encontrar a felicidade a democracia pode estar ameaçada, dado que ela só é efetiva com a participação popular plena. Na medida em que ocorre um ativismo consumista e a comunidade política é entregue somente nas mãos dos “profissionais políticos”, corremos o risco de cada vez menos termos um Estado voltado para os benefícios sociais coletivos e mais voltado para uma lógica da eficiência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ANTUNES, Ricardo. **Sentidos do Trabalho**: Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2º Edição, 10ª reimpressão rev. e ampliada. - São Paulo: Boitempo, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo** – A transformação das pessoas em mercadoria. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

CHAUÍ, Marilena. O que é política? In: Novaes, Adauto (Org.). **O esquecimento da Política**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2007.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 22ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MÉZÁROS, István. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria de transição. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sergio Lessa – 1ª Edição revisada. São Paulo: Editora Boitempo, 2011

NOVAES, Adauto. Políticas do esquecimento In: NOVAES, Adauto (Org.). **O esquecimento da Política**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2007.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. **A teoria do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: São Paulo: Editora Difel, 1976.

WOLFF, Francis. O esquecimento da política ou o desejo de outras políticas? In: NOVAES, Adauto (Org.). **O esquecimento da Política**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2007.